€mpreender

economia | negócios | investimentos

1º semestre |2006

05 Estratégias de Desenvolvimento
António Simões Lopes

21 Últimas alterações ao Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER)

33 Notícias

drace
direcção regional de apoio à coesão económica

ficha técnica

director
Arnaldo Machado

coordenação
Jorge Pereira

propriedade
DRACE - Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica

design e paginação
Bloco d - design e comunicação

fotografia
ATA - Associação de Turismo dos Açores
DRACE - Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica
Images of Portugal
iStockphoto

impressão
Nova Gráfica, Lda.

tiragem
600 exemplares

contactos
DRACE
Praça Gonçalo Velho Cabral, nº3
9500-063 Ponta Delgada, Portugal
Tel.: 296 209 800 | Fax: 296 209 848
drace@azores.gov.pt
www.azores.gov.pt

periodicidade
Semestral

depósito legal
245 702/06

índice

1 **nota de abertura**

Secretário Regional da Economia

2 **opinião**

Nelson de Souza

Simões Lopes

Costa Martins

António Sousa

João Couto

Martins Mota

Marques dos Santos

João Lima

23 **sistemas de incentivos: últimas alterações**

Últimas alterações ao SIDER

35 **notícias**

40 **estatística**

nota de abertura

Estamos a aproximar-nos do termo do III Quadro Comunitário de Apoio. Este período, a decorrer desde o início de 2000, tem constituído uma época marcante da economia regional, durante a qual o investimento privado cresceu a um ritmo nunca verificado anteriormente. Na verdade, o dinamismo revelado nos últimos anos pelos agentes económicos não encontra qualquer paralelismo com situações precedentes, constatando-se que os projectos candidatados aos sistemas de incentivos em vigor nos Açores atingiram cerca de 600 milhões de euros, aproximadamente o sêxtuplo do correspondente investimento realizado no quadro comunitário anterior.

A política económica adoptada pelo Governo Regional, designadamente no domínio dos sistemas de incentivos, tem contribuído, inegavelmente, para a dinamização do investimento, favorecendo a criação de uma estrutura empresarial mais sólida, o reforço da base produtiva e um crescente protagonismo da iniciativa privada na vida económica da Região. Com efeito, estes apoios têm sido decisivos no processo de criação de riqueza, operando uma significativa reestruturação nalguns sectores de actividade, de que é bem exemplo a recente evolução no sector do turismo. A coesão económica e social do espaço regional tem merecido igualmente uma especial atenção, tendo-se criado diversos mecanismos que asseguram uma discriminação positiva em benefício das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

Afigura-se-nos também essencial promover a mobilização e valorização do potencial de inovação e o empreendedorismo. Neste sentido, está a ser preparado um conjunto coerente e integrado de diversas medidas, entre as quais gostaria de salientar a dinamização, pela primeira vez, de um concurso regional de empreendedorismo, assim como a criação de um novo sistema de incentivos ao empreendedorismo, intitulado "Empreende Jovem", cuja aprovação ocorrerá muito em breve.

A concepção dos sistemas de incentivos para o período 2007-2013, vai processar-se num quadro de estabilidade, assente numa estratégia de continuidade em relação ao actual enquadramento, apostando nos investimentos que assumem um carácter estratégico para a economia regional. Por outro lado, é desejável que a nova politica de incentivos assegure a criação de apoios dirigidos a novas áreas de negócio, para as quais existem mercados emergentes, facilitando assim o ajustamento da economia açoriana em direcção a novos perfis de especialização. Importa ainda, no âmbito do novo quadro de apoio, imprimir a faculdade de criar incentivos dirigidos a aspectos que se enquadram nos actuais factores de competitividade, nomeadamente o reforço da qualidade, a dinamização de uma atitude de permanente inovação, a generalização da utilização de tecnologias de informação e comunicação, enfim, a incorporação de uma nova cultura empresarial, mais virada para o cliente e para a constante procura da eficiência e da criação de valor.

O Governo Regional continuará a intervir na adopção de medidas que facilitem a adaptação do tecido produtivo aos novos desafios da economia, promovendo um ambiente estimulante da eficiência empresarial.

A Revista "Empreender", lançada agora pela Secretaria Regional da Economia, através da Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica, constitui, em nossa opinião, uma iniciativa meritória, uma vez que esta publicação, ao promover a divulgação de informação de natureza diversa acerca da economia regional, pode contribuir para melhor esclarecer os agentes económicos relativamente a certos aspectos relevantes para o desenvolvimento da actividade empresarial.

Duarte Ponte
Secretário Regional da Economia

NELSON DE SOUZA

FORMAÇÃO
Licenciado em Finanças, 1975, Inst. Superior de Economia, Lisboa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2005
Gestor do PRIME;

2002-04
Director Executivo na Associação Industrial Portuguesa (AIP);

2001-02
Presidente Comissão Executiva do MTV -Movimento do Têxtil e Vestuário;

2000-01
Secretário de Estado das Pequenas e Médias Empresas do XIV Governo de Portugal;

1996-2000
Administrador do IAPMEI, responsável pelo apoio financeiro às PME;

1995-96
Chefe de Gabinete do Ministro da Economia;

1987-95
Subdirector Geral da Direcção Geral da Indústria;

1977-87
Director, Chefe de Divisão e Técnico na Direcção Geral da Indústria;

1974-77
Analista financeiro em empresa privada.

O Novo PRIME e a Promoção do Espírito Empresarial

É actualmente aceite pela generalidade dos especialistas que o essencial do processo de inovação e da competitividade é protagonizado pelas empresas de uma determinada região ou economia. São estas que garantem um ritmo sustentado de geração de riqueza que, quando distribuída de forma equilibrada, asseguram o crescimento, o progresso e o bem-estar social.

Tal como referenciado na Agenda Europeia para o Espírito Empresarial (CE, 2004), é positiva a relação entre o espírito empresarial e os resultados económicos em termos de crescimento, de sobrevivência, de inovação, de criação de emprego, de mudança tecnológica, de aumento da produtividade e de exportação.

Percebe-se assim que, nos tempos mais recentes, as políticas públicas de promoção do desenvolvimento económico tenham como alvo preferencial o desenvolvimento de actividades empresariais dotadas de dinâmicas de futuro. Neste quadro de preocupações, ganha relevo especial a estratégia de, a par da constante modernização do actual "stock de empresas", incentivar o surgimento de novos empreendedores através da promoção do espírito empresarial.

> *O espírito empresarial é a atitude mental e o processo para a criação e o desenvolvimento de actividades económicas, combinando o risco e a criatividade e/ou inovação com uma gestão rigorosa, no âmbito de um organismo novo ou já existente.*
>
> In Livro Verde sobre o Espírito Empresarial na Europa, Jan.2003

Assume-se empreendedorismo como um processo dinâmico a partir do qual indivíduos identificam sistematicamente oportunidades económicas e respondem, desenvolvendo, produzindo e vendendo bens e serviços. Este processo requer qualidades e capacidades: qualidades de auto-confiança e de sentido de envolvimento pessoal; capacidades para assumir o risco e gerir e motivar recursos. Assim, os empreendedores são agentes de mudança e de crescimento, agindo para acelerar a geração, a disseminação e a aplicação de ideias inovadoras.

O Espírito Empresarial na União Europeia

Com uma cultura mais avessa ao risco, comparativamente aos EUA, vários são os estudos que constatam a dificuldade da UE em explorar o seu potencial em matéria de espírito empresarial. Os constrangimentos identificados são diversificados: desde barreiras culturais que valorizam insuficientemente a iniciativa empresarial até dificuldades de financiamento de ideias/projectos inovadores, passando por enquadramentos administrativos complexos e burocráticos.

Para estimular o empreendedorimo, a UE estabeleceu uma Agenda Europeia para o Espírito Empresarial, com a definição de cinco áreas políticas estratégicas:

- Dinamizar a cultura empresarial
- Suscitar mais vocações empresariais
- Orientar os empresários para o crescimento e a competitividade
- Melhorar os fluxos dos financiamentos
- Criar um quadro administrativo e regulamentar mais favorável para as PME.

Para 2006 e anos seguintes, as acções chave identificadas são: realização de campanhas a favor do espírito empresarial, promover a criação de empresas de crescimento acelerado, promover o espírito empresarial nos sectores sociais, estimular o aumento do recrutamento de pessoal nas micro-empresas através da redução da complexidade da regulamentação, e facilitar o acesso das PME aos contratos públicos.

A avaliação desta primeira fase do Plano de Acção (CE, 2005), aponta para que 25% das acções foram concretizadas, encontrando-se 50% em execução de acordo com o planeado. Resultados modestos, para a relevância estratégica atribuída.

O Novo PRIME e o empreendedorismo

O actual Governo introduziu uma reorientação estratégica na estrutura e nas prioridades do principal instrumento de apoio ao desenvolvimento empresarial em Portugal – o PRIME - Programa de Incentivo à Modernização Empresarial.

Para além de ter assegurado um reforço dos recursos públicos disponíveis (cerca de 1,5 mil milhões de euros para 2005 e 2006), o Novo PRIME vai adoptar uma postura de maior selectividade e de focalização nas prioridades estabelecidas, com particular realce para o incentivo à inovação empresarial.

Tal como na UE, entende-se que o fomento do surgimento de novos empresários deve constituir uma das vertentes prioritárias do Novo PRIME. Concursos de selecção de projectos de criação de novas empresas com maior valia tecnológica, estímulo de sistemas de capital de risco de "micro dimensão", parcerias de sensibilização e mobilização de jovens talentos para actividades empresariais, são exemplos concretos de medidas que o Novo PRIME não deixará de apoiar nesta fase final de aplicação do QCA III.

Mas é já possível apresentar um primeiro balanço da aplicação do POE e do PRIME nos primeiros quatro anos da sua aplicação. No que se refere à promoção do empreendedorismo, este programa tem tentado responder através de uma intervenção integrada envolvendo vários tipos de instrumentos: sistemas de incentivos às empresas, parcerias e iniciativas públicas para projectos de natureza colectiva, infra-estruturas de apoio às empresas e mecanismos de financiamento às PME.

Através dos sistemas de incentivos (SIPIE e SIME) foi incentivada a criação de novas empresas:

Projectos aprovados de criação de empresas (2000-2004)

Mil euros

Sector de Actividade	Nº Projectos	Incentivos atribuídos	Postos de Trabalho a criar
Indústria	212	126.307	4.623
Turismo	151	84.048	1.723
Serviços	211	30.612	2.101
Comércio	346	14.978	1.460
Construção	50	5.667	430
Transportes	5	265	40
Total	**975**	**261.876**	**10.377**

Fonte: SiPRIME

Apoiou-se a criação de cerca de um milhar de novas empresas as quais, através da realização de um investimento de 261 milhões de euros, prevêm criar mais de 10 mil postos de trabalho.

O sector do comércio foi o que apresentou maior dinâmica de criação de empresas, concentrando o sector da indústria perto de metade dos incentivos atribuídos, face à maior dimensão média dos projectos.

Em termos de criação de postos de trabalho, o sector industrial concentra perto de 50% dos novos postos de trabalho criados, apresentando igualmente o maior índice de criação de postos de trabalho por nova empresa (21,8 postos de trabalho por empresa face à média de 10,6).

Quase 80% das novas empresas são Micro empresas, cerca de 15% são Pequenas empresas, 3,2% são Médias empresas e 3,6% são Não PME.

Em complemento do incentivo directo às novas empresas, o PRIME apoiou ainda o desenvolvimento de cinco projectos colectivos directamente relacionados com o espírito empresarial:

Síntese dos objectivos de projectos de parceria no domínio do empreendedorismo

Projecto	Investimento *(mil euros)*	Objectivos
FIVE - ITP/ INTELI (Abril de 2003 a Abril de 2005)	1.909	Tem como objectivo estratégico a dinamização do empreendedorismo inovador e do empreendedorismo de base tecnológica. Propõe-se promover a indução de um processo interactivo e dinâmico de valorização da tecnologia numa lógica empresarial através da promoção da interacção entre a oferta e a procura tecnológica e da criação de sinergias entre todos os actores que operam no sistema nacional de inovação (empresas, universidades, centros de saber, infraestruturas tecnológicas, instituições financeiras)
Empreender – IFEA (Setembro de 2001 a Setembro de 2003)	1.458	Tem como objectivo o desenvolvimento de capacidades empreendedoras entre os portugueses e o consequente resultado, seja em termos de criação de novas empresas, seja em termos de processos de inovação empresarial. Procura-se estimular o sentido empreendedor em jovens e na actual população activa quer do ponto de vista directo, quer do ponto de vista indirecto através da sensibilização para a importância da futura população activa possuir maior índice de características empreendedoras
Apoio à criação e desenvolvimento de empresas de base tecnológica em ambiente favorável – IAPMEI/ TAGUSPARK (Janeiro de 2001 a Março de 2004)	2.451,0	Visa o apoio à criação e desenvolvimento de empresas de base tecnológica, suscitando, apoiando e consolidando projectos num laboratório de empreendedorismo rigoroso, selectivo, integrador e cooperante, que estimule a parceria com outras infraestruturas tecnológicas e redes de cooperação inter-empresarial. Pretende igualmente, reforçar o conteúdo tecnológico e de inovação das PME, incentivando e facilitando o acesso aos novos mercados com vantagens acrescidas de competitividade, bem como acelerar os fluxos cruzados de transferência e demonstração de resultados e boas práticas, com potencial de arrastamento e difusão, tanto a nível nacional como internacional
SPADE - IAPMEI/ CPIN/ NET´ (Maio de 2002 a Abril de 2004)	477	O objectivo essencial consiste na dinamização do empreendedorismo de base tecnológica através da cooperação entre Incubadoras já fortemente envolvidas no apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica, disponibilizando um conjunto integrado de serviços e mecanismos de facilitação mais avançados, em complemento e articulação com os já oferecidos ao nível individual e das parcerias locais e no quadro do projecto FIVE - Fomento da Inovação e Valorização Empresarial
Inobeira - IAPMEI/CIEBI (Abril de 2002 a Abril de 2003)	274	Este projecto visou a aproximação da cultura universitária à cultura da empresa, o estímulo do espírito empreendedor junto dos jovens licenciados e/ou recém-licenciados e a dinamização das novas tecnologias da informação e comunicação junto dos empresários e a incrementação da cooperação através do conceito de ideias inovadoras. Visou igualmente, contribuir para a identificação sistemática de novas oportunidades de negócio e facilitar dinâmicas de concretização dos projectos inovadores que revelassem capacidades de resposta às crescentes exigências do mercado

Os resultados conseguidos, embora encorajadores, são manifestamente insuficientes para disseminar de forma abrangente uma cultura de espírito empresarial em Portugal, sobretudo, quando se deseja que a iniciativa se oriente para actividades com dinâmicas de futuro e, como tal, portadoras de maior valor acrescentado.

Se a prioridade é a inovação e se esta necessita urgentemente de novos protagonistas, então as políticas públicas deverão conferir grande prioridade ao derrube das barreiras que possam impedir um fluxo continuado e sustentado de surgimento de novos empresários. São estes esforços que devem ser ampliados, quer numa perspectiva mais imediata de concretização do Novo PRIME, quer no quadro da nova geração de programas para o próximo período de programação (2007--2013) dos fundos estruturais da União Europeia.

Referências Bibliográficas:

OCDE, SME and Entrepreneurship Outlook 2005, Paris, 2005

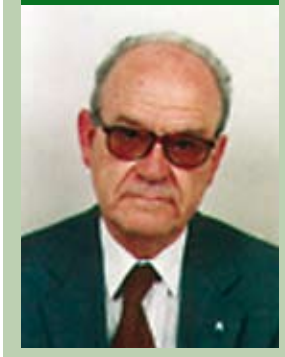
CE, Progress Report on the Implementation of Phase I key Actions of the Action Plan: The European Agenda for Entrepreneurship, SEC (2005) 768, Bruxelas, 6.Jun.05

CE, Plano de Acção: A Agenda Europeia para o Espírito Empresarial, COM (2004) 70 final, Bruxelas, 11.Fev.04

GEE, Temas Económicos, Empreendedorismo, Ministério da Economia e Inovação, Lisboa, Mar.05

IFEA/ ISEG, Oportunidade de Empreendedorismo e de Inovação em Portugal, Programa Empreender, estudo apoiado pelo POE, Jun.03

GGPRIME, Relatório de Execução do PRIME 2004, Jun.05



ANTÓNIO SIMÕES LOPES

Licenciatura em Finanças (ISEG-UTL)
Doutoramento em Economia (Oxford)

Professor catedrático de Economia do ISEG (Desenvolvimento Regional e Urbano)
Professor convidado e professor visitante de várias universidades portuguesas e estrangeiras

Investigador do CIRIUS (Centro de Investigações Regionais e Urbanas) do ISE/UTL

Membro de várias Associações e Sociedades Científicas da área da Economia e do Desenvolvimento Regional

Desempenhou, entre outros cargos, o de Reitor da Universidade Técnica de Lisboa e o de Bastonário da Ordem dos Economistas

Alguns livros publicados (destaque para o manual Desenvolvimento Regional, F.C.Gulbenkian – 5 eds)
Algumas dezenas de artigos publicados na área da Economia e Desenvolvimento Regional e Urbano.

Estratégias de Desenvolvimento
(Questões de método)

1. Os problemas que a humanidade tem enfrentado ao longo da sua já longa história exigiram sempre, explicitadamente ou não, melhor ou pior elaboradas, abordagens organizadas de pensamento e de acção; e, em princípio, quanto maior o grau de organização mais rápidos e consistentes os resultados. Entretanto, a complexidade da vida social foi aumentando, a tal ponto que não haverá já problema cujo tratamento para resolução não imbrique com outros problemas, nem haverá soluções que não tenham associados a elas efeitos secundários algumas vezes perversos. Janos Kornai disse-nos isso de maneira extremamente elegante e expressiva no ensaio em que nos alerta para as inúmeras analogias entre a ciência económica e as ciências médicas[1]. Nos meus tempos de iniciação aos estudos de Economia adquiria-se já, como "lugar comum", a ideia de que "em Economia tudo depende de tudo". Hoje já não é só na Economia, mas em todos os aspectos da vida social.

2. A organização do pensamento que tenho proposto, na mira de um efectivo progresso social e humano a que nos tempos modernos se vai acrescentando a exigência ou o simples desejo de que seja sustentado[2], assenta liminarmente na ideia de que a situação económica e social de partida deve começar por ser bem estudada, tão objectivamente quanto possível, para que se possa dizer que é bem conhecida (a análise deve ser objectiva e rigorosa). Daí deve decorrer a definição dos objectivos, enquadrada pela escala de valores da sociedade (fase fundamental e fulcral do processo organizativo); e, depois, a procura dos caminhos possíveis para atingir os objectivos. Esses caminhos possíveis, que se começa por inventariar para sobre eles ser exercida depois, à luz sempre da escala de valores, a avaliação crítica que conduza à selecção dos mais adequados (podemos qualificar esses caminhos de estratégias), hão-de constituir-se como conjuntos coerentes de medidas de política cujo grau de consistência passa a depender também da capacidade de integração que adquiram[3]. As preocupações de consistência e de integração das políticas, e as de operacionalidade, impõem que sejam estruturadas para a acção: é o que podemos designar por programação das políticas, ou planeamento[4].

---

1 KORNAI, J. "A saúde das nações - reflexões sobre a analogia entre as ciências médicas e a economia" in Estudos de Economia, Vol. IV Nº 1, Dezembro de 1983

2 A sustentação não deverá ser inerente ao conceito de progresso? Haverá efectivo progresso se não for sustentável? Tenho a sustentação como inerente ao conceito de desenvolvimento. Apesar disso, aceito a explicitação do termo "sustentado" (desenvolvimento sustentado), para que não fiquem dúvidas.

3 A capacidade de integração pode procurar-se por diversas vias, desejavelmente por todas quantas tenham exequibilidade.
Uma delas é a dimensão "espacial": a generalidade das políticas consubstancia-se em acções no espaço físico, podendo e devendo este, desde que bem definidos os objectivos, assumir papel integrador das políticas.
Uma outra é a dimensão "ambiental", qualificadora dos espaços, da qualidade de vida e da sustentabilidade dos processos; e também a generalidade das políticas tem incidência sobre o ambiente.
Ainda, particularmente em conjuntura dominada pela globalização, que não é escamoteável no nosso tempo, nem reversível, a "competitividade" (da economia) pode arvorar-se em dimensão integradora das políticas, se bem que neste caso, como noutros, seja fundamental que a economia se não imponha como dimensão dominante, mas se assuma como dimensão instrumental do desenvolvimento.

4 Tenho o termo planeamento como adequado. Mas em épocas recentes registou-se tendência significativa para não o utilizar, dada designadamente a carga de pretensa rigidez "dirigista" que algumas vezes, nalguns contextos específicos, assumiu.
Tenha-se em atenção que "plano" não é o mesmo que "programa", sendo este conceito de algum modo subsidiário ou instrumental daquele. Daí que não se abandone o termo planeamento.

3. A problemática do desenvolvimento, que começa por ter exigências conceptuais por vezes menosprezadas[5], tem nesse modelo base sólida de tratamento: porque se impõe sempre análises/diagnósticos os mais correctos, porque importa sempre considerar todas as formas de actuação possíveis com mobilização consistente e estruturada das medidas de política adequadas, porque se exige a organização consistente e coerente das acções por que se traduz a execução dessas medidas de política.

Aos conjuntos de medidas de política consistentes e coerentemente organizadas será adequado atribuir o termo estratégias, como já se fez; e, como naturalmente se esperaria, algumas preocupações de método lhe são necessariamente inerentes[6].

Com efeito, a metodologia da política assenta em alguns princípios basilares:

- um conhecimento concreto da situação à luz dos dados que é possível mobilizar;
- a formulação de juízos de valor, assente na escala de valores da sociedade, que permita a definição dos objectivos;
- a inventariação das estratégias possíveis e a selecção da mais adequada, com base em avaliação económica e social prévia;
- a inventariação dos instrumentos e a posterior selecção dos que deverão ser utilizados;
- a execução das políticas e sua incidência sobre a situação de partida.

4. A metodologia vem a sugerir de imediato que o exercício, que é constituído por "fases", venha a ter carácter "cíclico": intervindo-se sobre a situação existente altera-se a situação de partida, importando periodicamente rever para, se necessário, refazer a programação e a actuação. Na essência pode dizer-se que tal revisão é apenas o resultado da avaliação a-posteriori da estratégia adoptada.

O desenvolvimento do esquema pode ser visto noutros trabalhos[7]. Importará talvez clarificar aqui que:

- em relação à escala de valores, ela é a que a sociedade definir através do órgão de soberania eleito pelos cidadãos e representativo deles; nela se baseia o exercício da avaliação prévia dos conjuntos de políticas a adoptar;
- em relação aos objectivos, importa que se tenha consciência da necessidade da sua hierarquização, sendo certo que as estratégias são determinadas pelos objectivos "últimos"[8];
- em relação à inventariação das estratégias, das políticas e dos instrumentos, importa "filtrá-las" tendo em conta, com realismo, os meios.

5. A definição da estratégia ganha com a consideração dos conceitos e das preocupações metodológicas expressas; mas a sua execução exige a montagem, sem ambiguidades, de um modelo operativo que promova a integração temporal das políticas, matéria que na prática é de extrema relevância: a Política privilegia ciclos curtos (a duração das legislaturas) e, no entanto, grande parte dos grandes objectivos estratégicos só pode ter realização em períodos longos. É importante, por isso, que não só haja concordância ou simples consenso em relação aos objectivos últimos, como essa concordância ou consenso existam também em relação às grandes opções estratégicas de actuação, de longo prazo; sem prejuízo das acções de controlo da execução a realizar e sem prejuízo também da revisão adequada, periódica, das linhas de estratégia adoptadas.

Em tempos de propósitos de coesão social, que são os actuais, e em que se pode dizer que ninguém tem coragem para secundarizar a sua importância[9], em tempos, que são ainda os actuais, em que também ninguém tem coragem para se pronunciar contra o princípio de que a economia é instrumental do desenvolvimento, podemos privilegiar a dominante social do desenvolvimento partindo para um

5 Os economistas têm sido frequentemente apontados como dos principais responsáveis pela instalação errada do conceito de desenvolvimento. Não são os únicos, embora alguns economistas estejam de facto entre os principais responsáveis, sobretudo porque valorizam particularmente o desenvolvimento dito económico e, mais do que isso, porque descuidadamente o assumem como crescimento. Mas crescimento e desenvolvimento são conceitos distintos, o primeiro meramente instrumental do segundo. O desenvolvimento precisará em regra da produção e do seu aumento (crescimento), mas preocupa-se com outros aspectos económicos como a distribuição/repartição, isto é, com aspectos sociais e humanos, e não se afere apenas por factores quantificáveis ou susceptíveis de quantificação. O desenvolvimento, além disso, invoca princípios de "sustentação", porque além de se preocupar com a situação presente em termos de coesão social preocupa-se com a situação futura em termos de coesão inter-geracional: não é desenvolvida a sociedade que assenta o seu progresso ou a sua afluência de hoje em sacrifício de oportunidades de gerações futuras.

6 Embora vá longe já o tempo em que o Nobel Jean TINBERGEN promoveu a metodologia da política (Economic Policy: principles and design, North Holland, 1956), a verdade é que continua a registar-se negligências, se não atropelos metodológicos sérios; e não apenas na actuação dos políticos, que estão habituados a sentir-se desculpados no entendimento simplista de que uma coisa é a teoria e a metodologia teórica, outra a necessidade e a capacidade da sua aplicação efectiva.

7 Por exemplo, do Autor, Desenvolvimento Regional (5ª. Ed.), Fundação C. Gulbenkian (Cap. 4).

8 A distinção mais marcante a fazer entre objectivos últimos e objectivos instrumentais pode associar-se, nalgumas circunstâncias, à distinção entre objectivos de longo prazo e objectivos de médio e de curto prazos. A referência anteriormente feita ao "crescimento" pode servir para ilustrar a questão. O crescimento não deixará de ser objectivo, mas instrumental, para servir o "desenvolvimento", este sim, objectivo último. Por isso tenho dito que não é qualquer crescimento, nem o crescimento em qualquer lado ou a qualquer preço que serve o desenvolvimento.

9 A importância da coesão social, não há coragem para a pôr em causa. Mas quando se utilizam expressões como "não se pode distribuir o que não se produz", a sugerir que o "crescimento" tenha de anteceder e deva sobrepor-se ao "desenvolvimento", fica-se com a noção de que a questão social não está seguramente adquirida. Não se pode de facto distribuir o que não se produz, mas pode começar por distribuir-se melhor o que já se produz. Não há o direito de fazer esperar os mais carenciados com promessas de que lhes caberá maior quinhão quando formos mais ricos; até porque a afluência não vem em regra acompanhada de melhor distribuição, muito ao contrário.

modelo de longo prazo que há-de servir-se da economia para a produção de riqueza, para a sua distribuição, para a gestão dos recursos, sempre escassos, e para a operacionalidade dos processos nas actuações de médio e curto prazo, ao serviço do "longo prazo".

O modelo de longo prazo começa então por assentar num conceito operativo de desenvolvimento, que pode ser traduzido por acesso das populações, onde quer que estejam, aos equipamentos que hão-de permitir a satisfação das suas necessidades, partindo naturalmente das necessidades básicas; e prolonga-se de imediato, ainda na perspectiva do longo prazo, na organização do espaço, isto é, na criação de uma rede de aglomerados populacionais (ou "centros") onde os equipamentos devem localizar-se, visto que a dispersão tem de ser necessariamente condicionada por razões da escassez dos recursos.

A organização da rede, vista em termos dos centros e das suas áreas de influência, pode ser já matéria a enquadrar em políticas de médio prazo, com orientações estratégicas ao nível das políticas de localização dos equipamentos que promovam emprego e, no mínimo, fixem as populações; e ao nível ainda, quer dos incentivos que fomentem o crescimento dos aglomerados que devem crescer, para que melhorem as condições de rendibilidade social dos equipamentos, quer dos desincentivos ao crescimento dos aglomerados que não é preciso que cresçam.

O curto prazo e as políticas sectoriais ficam assim orientados por preocupações de localização e de criação de emprego que servirão a procura de racionalidade da rede de centros e das suas áreas complementares ou áreas de influência.

A organização da rede, vista em termos dos centros e das suas áreas de influência, pode ser já matéria a enquadrar em políticas de médio prazo, com orientações estratégicas ao nível das políticas de localização dos equipamentos que promovam emprego e, no mínimo, fixem as populações

6. O modelo tem sido referenciado e pode ser visto e analisado algures[10]. A sua aplicação tem naturalmente de se submeter a adequações, de acordo com a natureza específica dos espaços de actuação; necessariamente, quando tais espaços têm as características de espaços insulares, como é o caso da Região Autónoma dos Açores.

Mas, mesmo nestas circunstâncias, não considero que o modelo deva ser posto em causa; antes entendo que ele deva manter-se em toda a sua extensão. Apenas sucede que a natureza geográfica específica das ilhas e as suas dimensões imporão que os níveis de racionalidade económica a procurar maximizar face à escassez dos recursos possam ficar, e em muitos casos ficarão, abaixo do desejável. Os volumes populacionais a servir (dos centros e das suas áreas de influência) não permitirão a rendibilidade económica desejável. Mas a população existe, é de resto necessário mantê-la para eventualmente aumentá-la, e a "dominante social" impõe que os equipamentos sejam instalados malgrado se fique abaixo do limiar (económico) de utilização.

É o preço a pagar numa estratégia de desenvolvimento que privilegie o "social". E vale a pena que a sociedade pague um tal preço, porque vai ser ela de resto a principal beneficiária; não apenas porque se asseguram níveis de desenvolvimento local que servem a coesão social, mas também porque a manutenção "viva" desses espaços é a forma mais racional, até do ponto de vista económico, de manter e valorizar um património da humanidade com características únicas, assegurando desde logo a manutenção da diversidade, se não o seu aumento.

10 Por exemplo, do Autor, "L'espace dans la politique économique - le cas du Portugal" in Révue d'Économie Régionale et Urbaine, Nº 3, 1983 e Desenvolvimento Regional, já referido; ainda, Grandes Opções do Plano e Estratégia de Desenvolvimento (Parecer de iniciativa do Conselho Económico e Social, de 2005) de que o Autor foi um dos relatores.

CCIPD
A Aposta nos Empreendedores

CARLOS ALBERTO DA COSTA MARTINS

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa

PRINCIPAIS ACTIVIDADES PROFISSIONAIS:

1981 a 1984
Técnico Superior da Secretaria Regional do Comércio e Indústria

1984 a 1988
Adjunto do Secretário Regional do Comércio e Indústria

1988 ...
Director Geral da Fábrica de Tabaco Estrela

OUTRAS FUNÇÕES:

1996 ...
Conselho de Administração da Investaçor, S.G.P.S., S.A

1997 ...
Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

1998 ...
Conselho de Administração da Turotel, S.A.

2003 ...
Vice-Presidente da ATA – Associação de Turismo dos Açores

O desenvolvimento e o dinamismo das sociedades modernas está intimamente relacionado com a existência de uma cultura que apoie e estimule o espírito empreendedor, a inovação, a qualidade e o risco.

A União Europeia tem vindo a desenvolver várias iniciativas visando incentivar o empreendedorismo, como uma das formas de ultrapassar a actual situação de estagnação ou de reduzido crescimento e de altas taxas de desemprego, que se verifica na generalidade dos países. Pretende também a União Europeia alterar a menor apetência que os europeus vêm revelando no que se refere ao desejo de concretizarem projectos empresariais, relativamente ao que se verifica em outros espaços económicos. Na realidade, e a título exemplificativo, segundo dados do eurobarómetro, os norte americanos preferem trabalhar por conta própria – 67% dos inquiridos – enquanto que na União Europeia, em termos médios, tal valor fica nos 45%.

Em relação ao nosso país, os referidos elementos do eurobarómetro evidenciam que os portugueses demonstram interesse em criar negócios, superior à média comunitária, mas depois no que se refere à concretização do negócio, 65% confessa nunca ter dado passos concretos nesse sentido. É, pois, indispensável que se ultrapassem os entraves que contribuem para que haja este tão grande diferencial entre o desejo de investir e a sua concretização.

Nos últimos tempos, o empreendedorismo, no sentido estritamente empresarial, tornou-se também um conceito muito em voga no nosso país ganhando uma nova dinâmica e uma grande projecção pública. Algumas instituições, nomeadamente de ensino universitário têm contribuído para estimular o aparecimento de novos empreendedores, especialmente em áreas ligadas às novas tecnologias. Na situação actual, a nível nacional, os jovens, nomeadamente licenciados, encontram dificuldades acrescidas na entrada no mercado de trabalho, o que acaba por constituir um estímulo adicional para que lancem e criem empresas.

É conhecida a capacidade empreendedora da sociedade açoreana, apesar dos condicionalismos e circunstâncias adversas que enfrenta. É justo realçar o contributo permanente e indispensável dos nossos empresários, agora como no passado, para o progresso destas ilhas.

Não se pode esquecer que os Açores apresentam um conjunto de handicaps, alguns com carácter permanente, de todos bem conhecidos, e que são condicionadores do desenvolvimento de algumas actividades empresariais. Este é um dado concreto que os empreendedores locais e externos têm de ter em consideração nas suas decisões de investimento.

Há que valorizar as potencialidades que a região apresenta e o leque diversificado de oportunidades que oferece, nomeadamente em algumas actividades. Salienta-se que os Açores dispõem de alguns trunfos muito importantes e que são crescentemente valorizados em todo o mundo, como são os casos do rico património natural, do mar, do ambiente despoluído, da segurança e paz social e dos produtos de qualidade produzidos localmente que têm uma grande componente ecológica.

Vivemos hoje numa economia global, com elevados índices de incerteza e de grande concorrência, o que obriga que as economias sejam competitivas. Os Açores não estão à margem desta realidade. Por isso é indispensável prosseguir um processo de modernização e reestruturação das nossas empresas e de apostar muito forte nos factores decisivos da competitividade, nomeadamente a inovação, a qualidade, a gestão, o conhecimento, as novas tecnologias e a formação profissional. A diversificação de actividades, o aparecimento de novos negócios em novas áreas, são também indispensáveis à revitalização e reforço do nosso tecido empresarial.

O papel dos empresários é insubstituível no processo de tornar as economias mais competitivas. Cabe, no entanto, ao poder público criar as condições de atractividade que apoiem e estimulem de forma directa e eficaz os empreendedores. Neste âmbito, há ainda um longo caminho a percorrer. O Estado necessita de contribuir para a competitividade, nomeadamente tornando a administração pública mais eficiente, mais rápida nas suas decisões, melhorando a qualidade dos serviços prestados, reforçando a transparência dos seus actos, desburocratizando e simplificando procedimentos.

[...] os Açores dispõem de alguns trunfos muito importantes [...] como são os casos do rico património natural, do mar, do ambiente despoluído, da segurança e paz social e dos produtos de qualidade produzidos localmente que têm uma grande componente ecológica

Considerando que a fase de arranque dos projectos empresariais é crucial para o seu sucesso, a Câmara do Comércio tem vindo, desde há mais de uma década, a procurar criar um projecto que ajude os investidores a este nível. Só agora se tornou possível a sua concretização, materializada através da criação do Espaço de Desenvolvimento Empresarial Tecnológico (EDET), projecto co-financiado pelo PRAI – Programa de Acções Inovadoras dos Açores.

Este projecto funciona fundamentalmente como uma incubadora de empresas, ou seja, dispõe de um espaço físico e de serviços de apoio especializados e diversificados, que estão ao dispor dos empreendedores, que cumpram determinados critérios.

Um outro vector que o EDET irá desenvolver está ligado ao incentivo, à promoção de ideias **inovadoras** na área empresarial e ao apoio na sua transformação em projectos, que demonstrem serem exequíveis, e, portanto, com possibilidade de terem sucesso no mercado.

Assume-se também como vector estratégico a ligação do EDET com a universidade, entidade que tem um papel muito relevante no nosso desenvolvimento. Com esta ligação privilegiada pretende-se potenciar a sempre desejada inter-relação entre as empresas e o meio universitário, criando sinergias, que aproveitem as capacidades e potencialidades existentes. Um outro aspecto nesta relação que se pretende incentivar é o da utilização da investigação universitária pelo meio empresarial.

O EDET também privilegiará uma relação com os estabelecimentos de ensino secundário, com particular atenção para as escolas profissionais, procurando-se incentivar a sua participação através da apresentação de ideias e de uma ligação mais estreita com as empresas.

Entendemos que é indispensável frisar muito claramente que o EDET está vocacionado para apoiar o desenvolvimento de ideias e projectos com carácter marcadamente inovador. Não terão enquadramento projectos que não tragam efectiva inovação, sob qualquer forma, ao nível dos processos de fabrico, de comercialização ou de prestação de serviços. Este é um elemento fundamental, que será observado com muito rigor, sob pena de se estar a incentivar o aparecimento de novas empresas em áreas em que já existem agentes económicos a desenvolver tais actividades.

Os principais parceiros e destinatários deste projecto são necessariamente os empresários. O desenvolvimento de projectos inovadores é um desafio que queremos ganhar em conjunto com os nossos empreendedores. O sucesso do EDET está intimamente ligado com o sucesso dos empresários e da economia regional.

ANTÓNIO GONÇALVES DE SOUSA

Habilitações Literárias:
Curso Geral do Comércio em Regime de Aperfeiçoamento

Percurso Profissional:
Laticínios da Ilha Terceira, Lda
7 anos desempenhando funções desde praticante, escriturário e vendedor a ajudante de guarda-livros.

Francisco Caetano Ferreira (empresa de construção civil)
2 anos exercendo funções de guarda-livros.

Tercon – Sociedade Terceirense de Conservas, Lda
16 anos exercendo funções de guarda-livros e técnico de contas.

Emater – Empresa Abastecedora de Mercearias Terceirense S.A.
25 anos desde técnico de contas, director geral a presidente do Conselho de Administração.
É accionista desta empresa.

António Sousa

Atendendo à sua experiência como empresário na área do comércio, descreva-nos como desenvolveu o seu percurso profissional neste sector e quais as principais dificuldades sentidas?

Desenvolvi o meu percurso profissional baseando-me em alguns princípios que considero fundamentais: dedicação, honestidade, organização e rigor no cumprimento dos compromissos assumidos e das decisões adoptadas. Foi ainda um precioso auxiliar o Curso Geral de Comércio em Regime de Aperfeiçoamento, tirado à noite trabalhando de dia, durante 6 anos, nos princípios da minha vida de trabalho. A principal dificuldade foi a adaptação a uma função com que não contava uma vez que a minha profissão inicial era a de Contabilista e nunca me havia passado pela cabeça ser comerciante.

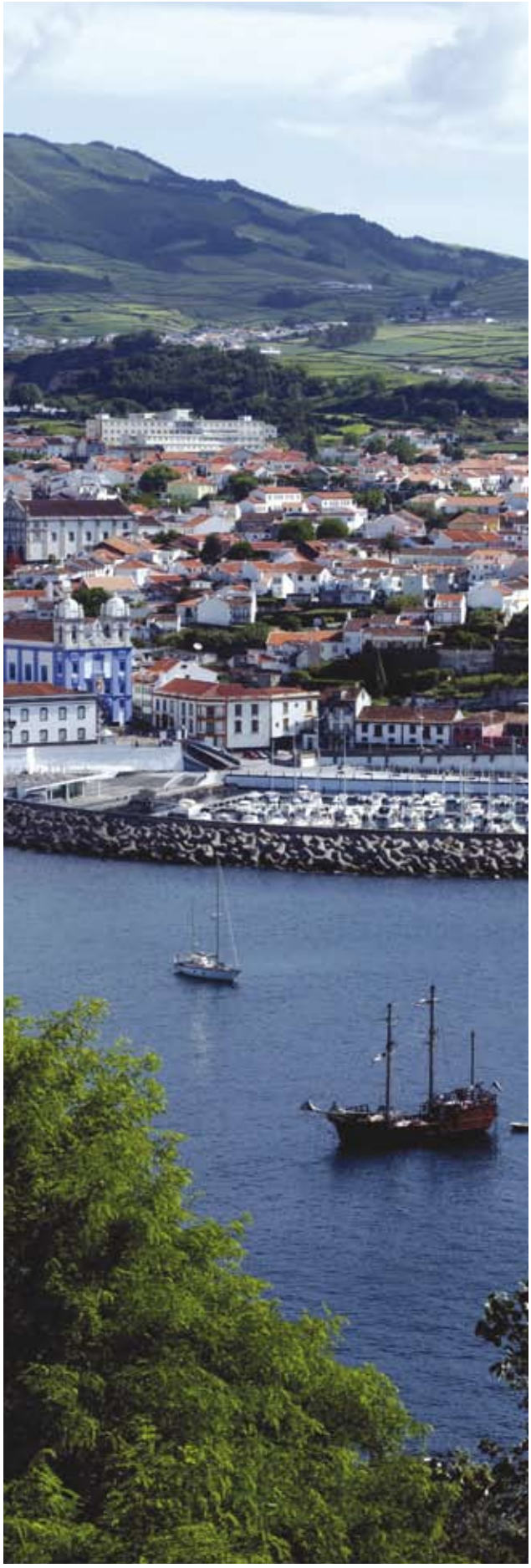
Actualmente todas as ilhas estão dotadas de infraestruturas portuárias e aeroportuárias que facilitam a distribuição comercial no espaço regional. Em sua opinião, de que forma os investimentos realizados naquelas infraestruturas alteraram o modo de efectuar o abastecimento dos bens alimentares.

As referidas infra-estruturas trouxeram, como é evidente, benefícios ao comércio em variadissimos aspectos, nomeadamente na descarga de contentores, inclusive refrigerados, permitindo uma permuta de mercadorias diversificada com melhor acondicionamento e segurança. Facilitaram ainda os contactos comerciais, hoje deslocamo-nos ao continente de um dia para o outro, solucionando situações diversas, antigamente esperava-se meses para o caixeiro viajante passar e outros para receber a encomenda.

A EMATER, SA, tem conhecido um processo de evolução sustentado ao longo do tempo. Que estratégia tem a empresa adoptado no mercado regional, face aos desafios que enfrenta este ramo de actividade?

O processo de evolução sustentado ao longo dos tempos deve-se, em parte, à

> Considero que o contributo dos sistemas de incentivos foi muito bom e é importante que continue pois há ainda muito a fazer, nomeadamente na área do comércio tradicional.



política adoptada desde a primeira hora pelos seus sócios, com a retenção de lucros em reservas, o que nos tem permitido investir com segurança e conforto. No aspecto comercial e embora a nossa actividade principal seja ainda o comércio por grosso, com o aparecimento de novos formatos de comércio a retalho organizado, igualmente nos organizamos, nesta área, para melhor corresponder ás novas exigências do mercado. Procuramos, contudo, respeitar posições, nos diversos estádios de comercialização, o que nem sempre é fácil.

O aparecimento, nos últimos anos, de nova formas do exercício do comércio, designadamente, a venda automática, a venda por correspondência e comércio electrónico, de que forma têm afectado a actividade da EMATER, SA?

Penso que as novas modalidades de venda não prejudicam grandemente, a nossa área de negócio, sendo difícil, contudo, medir os seus efeitos no cenário generalizado de decréscimo de poder de compra que se verifica, levando-nos a pensar na perda de cotas de mercado, de uns para os outros, havendo também de se ter em conta que o bolo global é menor.

Quais as áreas que considera prioritárias, em termos de investimento, a realizar pela empresa nos próximos anos?

Num mercado de reduzida dimensão, como o nosso, têm de ser muito bem ponderados os futuros investimentos. Temos, neste momento, em projecto um novo ponto de retalho na Ilha Terceira e também estamos a investir na implementação dum plano de higiene e segurança alimentar, com a formação de pessoal e aquisição de equipamento adequado para o efeito.

Como encara o contributo dos sistemas de incentivos ao investimento para a modernização do comércio nos Açores?

Considero que o contributo dos sistemas de incentivos foi muito bom e é importante que continue pois há ainda muito a fazer, nomeadamente na área do comércio tradicional. Penso que a apreciação dos processos devia ser mais célere assim como o pagamento dos respectivos apoios, os atrasos verificados causam, por vezes, grandes transtornos.

Considerando o desenvolvimento sentido pelo comércio nos últimos tempos, o que pensa que vai ser a evolução futura deste sector?

Penso que apesar do aparecimento das grandes superfícies, vão prevalecer os supermercados de média dimensão, as lojas de conveniência e os estabelecimentos do canal horeca, desde que se consigam organizar, com boas áreas de frescos e com um bom serviço na área de higiene e segurança alimentar.

A influência da Cultura Nacional na Iniciativa Empresarial

JOÃO PEDRO ALMEIDA COUTO

Doutorado em Ciências Empresariais, com especialização em Gestão Internacional possui o "Master in Business Administration".

Exerce os cargos de Pró-Reitor para o Planeamento e Avaliação da Universidade dos Açores e de Coordenador do Mestrado em Gestão (MBA).

Lecciona as Disciplinas de Planeamento Estratégico, Negócios Internacionais e Gestão da Inovação.

A iniciativa empresarial está associada a múltiplos aspectos que podem ir desde características pessoais, aspectos culturais, processos educacionais a condições que favoreçam a criação de empresas e desenvolvimento de negócios.

A criação de um negócio pressupõe geralmente algumas condições que associamos à capacidade de tomar iniciativa, aceitar riscos calculados, persistência, disponibilidade e empenhamento, mas também aspectos como conhecimento, alguma experiência e uma boa capacidade de visionar, criar um conceito de negócio e estabelecer um plano de acção.

Estes aspectos envolvem características pessoais, sendo também reforçados por processos de aprendizagem que vêm da sociedade e dos sistemas educacionais. Efectivamente, se por um lado existem aspectos de iniciativa, perfis de risco, capacidade de decisão, persistência e empenhamento, que são eminentemente de natureza individual são incentivados pelo sistema social e educacional.

Os sistemas sociais estão associados a uma forma de estar em termos colectivos que pode ser enquadrada numa "cultura nacional". Esta cultura nacional resulta de determinados valores básicos que são introduzidos na vivência social por múltiplos agentes. A família desde logo funciona como um agente, seguindo-se da escola, os grupos e as organizações. As diferenças em termos deste ambiente proporcionam uma maior ou menor propensão para empreender e podem ser identificados quando comparamos diferentes países.

As formas de analisar as características nacionais são muito variadas, mas uma classificação muito generalizada é a que associa a cultura nacional a quatro grandes características: "individualismo", "masculinidade", "reacção à incerteza" e "distância de poder".

Em termos sintéticos podemos ter países com um pendor individualista, cujo exemplo são os Estados Unidos, enquanto Portugal e os países Latinos tende a valorizar mais o colectivismo, ou seja a pertença ao grupo, seja ele clube, partido ou família.

O segundo elemento designado por "masculinidade" não distingue propriamente entre homens e mulheres, mas sim o pendor para tomada de iniciativa. A título de exemplo as pessoas nos países anglo-saxónicos tendem a ser mais assertivas, isto é, mais afirmativas sendo muito valorizada a tomada de iniciativa, enquanto nos países nórdicos estas características são tidas como negativas ou de má educação.

O terceiro elemento é o da relação com a incerteza. Todas as pessoas tendem a aceitar maiores ou menores riscos e também incerteza. No entanto, o risco e a incerteza são conceitos bem diferentes. Enquanto que o risco é uma noção de perigo, seria o caso da condução, em que a velocidade não gera desconforto e mantém-se a ilusão de controlo, no caso da incerteza estamos perante o desconhecido onde se gera um sentimento de desconforto e ambiguidade.

Embora todas as sociedades tenham um determinado nível de fuga à incerteza reagem de modo diferente. Nos países anglo-saxónicos valoriza-se a preparação para situações diversas, sendo um elemento visível no sistema educativo, enquanto a reacção nos países germânicos resulta da criação de múltiplas regras que limitem a incerteza, sendo um exemplo típico a preocupação com a pontualidade.

A "distância de poder" constitui o quarto e último elemento fundamental. Este caracteriza-se pela forma como a sociedade aceita, como legitima a acumulação de poder pelos indivíduos e pode ser vista pelo modo de promover ou contrariar esta acumulação. Em muitos países, é tido como natural que um político seja também rico, culto, figura social e dirigente desportivo, já noutros países juntar, na mesma pessoa tantas fontes de poder seria visto de forma negativa.

Se na questão da reacção à incerteza ou da masculinidade a relação com o empreendedorismo é fácil, uma vez que quanto menor a dificuldade em lidar com a incerteza e maior o nível de iniciativa maior será a propensão para o criar negócios, já no caso do individualismo/colectivismo e distância de poder a relação é mais subtil.

O colectivismo tende a criar normas de comportamento e lealdade ao grupo que não favorecem a iniciativa, para além do facto de os recursos estarem muito mais controlados por organizações deixa menos espaço à iniciativa individual. A distância de poder, por seu turno, contribui para que apenas alguns tenham acesso aos recursos, limitando o número de pessoas com capacidade de empreender.

Estas características sociais estão presentes na família, na escola e nas organizações e formam um poderoso contexto à iniciativa sendo reforçadas ao longo do tempo, criando, assim, a história e cultura nacionais que, por sua vez, levam à definição de valores. Na nossa sociedade o conceito de autoridade está-lhes directamente associado.

Neste contexto se a família reforça os valores nacionais, a escola aprofunda-os. Em certos países o sistema funciona em turmas, em programas comuns e planos de estudo sequenciais. Não existem mecanismos de progressão diferenciada e planos de estudo individualizados. Noutros países, os alunos são examinados e colocados numa disciplina de acordo com o seu nível de conhecimento. A sua formação é feita a partir de algumas disciplina obrigatórias, mas em conjunto com muitas disciplinas em que o aluno terá de optar, em suma decidir o que quer.

Este segundo tipo de sistema diminui a necessidade de agir, de decidir, de optar e de empreender de tomar iniciativa individual. O indivíduo vai com o grupo, a pertença ao grupo define o indivíduo. Gera-se um fenómeno característico relativamente à iniciativa e à propriedade. Enquanto em alguns países a propriedade é sintoma de iniciativa e sucesso, noutros é a de distanciamento do grupo, não de exemplo, mas de quebra de lealdade.

Estes valores conjugam-se com um outro aspecto que é da noção de controlo. Enquanto na iniciática está associada a noção de capacidade de controlar os acontecimentos no grupo, o controlo depende de terceiros.

A propensão à iniciativa empresarial resulta, portanto, da conjugação de esforços individuais potenciados pelos valores da sociedade e enquadrados pelos adequados sistemas colectivos que favoreçam e premeiem tais iniciativas.

Desta forma, o estado pode suportar a iniciativa individual e manter o interesse colectivo, potenciar os mecanismos de criação de negócios e gerar um sistema educativo que desafie a capacidade individual, mas o próprio conceito de estado e sistema económico resulta da cultura nacional.

Empreender pressupõe capacidade de iniciativa, mas esta capacidade de iniciativa estará mais presente numa sociedade, na medida em que os indivíduos que nela se integram sejam desafiados desde cedo a ter de decidir, e de se afirmar.

O dinamismo de uma economia resulta não da manutenção das empresas existentes, mas da capacidade de continuamente reconfigurar os recursos disponíveis e aplicá-los da forma mais adequada, tal como um organismo vivo que só cresce enquanto cria novas células e não porque mantem as que já possui.

Empreender pressupõe capacidade de iniciativa, mas esta capacidade de iniciativa estará mais presente numa sociedade, na medida em que os indivíduos que nela se integram sejam desafiados desde cedo a ter de decidir, e de se afirmar.

A economia Açoriana: uma visão optimista

JOSÉ EDUARDO MEIRELES MARTINS MOTA

Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia do Universidade do Porto.

Desde 1981
Sócio Gerente da Firma Edibetão, Sociedade de Projectos e Construções, Lda.

Desde 1985
Sócio Gerente da Firma Sanibetão, Empreiteiros, Lda.

Desde 1991
Presidente do Conselho de Administração da Firma Sanibritas, Produção de Britas e Areias, S.A.

1993/97
Vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

2001
Presidente do Conselho de Administração de Martins Mota Participações, SGPS, S.A.e da Eng° Luís Gomes, S.A

2003
Presidente do Conselho de Administração da Asta Atlântida, SA

É com muito gosto que colaboro no primeiro número da revista da Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica.

Considero que o convite que me foi feito se destina a proporcionar aos leitores, para além do relato de uma experiência empresarial, a visão do empresário sobre o passado e presente da nossa economia, mas sobretudo do futuro tanto quanto é possível prospectivar.

Iniciei a minha experiência empresarial nos Açores em meados dos anos 80 ligada à construção civil e obras públicas com a Sanibetão Empreiteiros, Lda.

Em 93, inaugurámos uma nova empresa, a Sanibritas que hoje produz inertes, betão pronto e massa asfálticas. Não resisto a lembrar que nesse ano de 93 tinha eu 42 anos, no discurso de encerramento da cerimónia, o então Presidente do Governo Dr. João Bosco Mota Amaral elogiou a coragem do jovem empresário que tinha lançado aquele empreendimento. Hoje ninguém chamaria jovem empresário a alguém com essa idade, o que mostra o que mudámos nesta última década.

Em 2002, consolidámos a nossa presença neste mercado com a aquisição da maioria do capital da empresa Eng. Luís Gomes.

Em 2003, entramos no sector do Turismo com a aquisição da Quinta Nasce Água em Angra do Heroísmo.

Em 2004, em parceria com o Grupo Paim, proprietário do Hotel do Caracol em Angra do Heroísmo, constituímos a Asta–Atlântida, concessionária do Jogo em S. Miguel e Terceira e inaugurámos o Aparthotel do Mirante.

Pretendemos iniciar o Hotel Termal das Furnas no quarto trimestre deste ano e iniciaremos o Hotel Casino em 2006.

O Grupo Martins Mota investiu 25 milhões de euros nos últimos 4 anos, tendo realizado durante esse período um valor acrescentado bruto de cerca de 10 milhões de euros anuais.

Projectamos investir no âmbito da Asta Atlântida, entre 2005 e 2008, 35 milhões de euros.

A minha vida empresarial iniciou-se num período de consolidação da Autonomia Política dos Açores, consolidação política mas não económica. De facto após um período de euforia em que alguns poucos (mas barulhentos) consideravam que os Açores garantiam receitas suficientes para se auto-sustentarem, veio o realismo do conhecimento da situação concreta da Economia.

Seguiu-se então um período de resignação. "Os Açores são e serão uma região deprimida", com um modelo de desenvolvimento baseado essencialmente nas transferências da República e uma economia totalmente dependente de despesa possível da Região.

Este modelo de desenvolvimento entra em total esgotamento no inicio da década de 90 com um endividamento elevadíssimo da Região e uma recessão fortíssima da economia.

Felizmente os Açorianos não são um povo resignado e conseguiram gerar uma alternativa de modelos político e económico que é bem patente no estado actual

da nossa economia, com uma rápida convergência com o país e a união europeia a partir do final da década de 90. Esta última década tem sido vivida com uma transformação radical, de abertura política e económica sem precedentes nos Açores.

Na base desta evolução há uma mudança do paradigma, 1º os Açores não estão condenados ao sub-desenvolvimento, pois possuem factores endógenos potenciais capazes de se bem estimulados, proporcionarem o desenvolvimento.

2.º Acreditar nos Açorianos que vinham demonstrando em várias gerações de emigrantes que eram capazes, empreendedores e criadores de riqueza.

Assistiu-se assim a um período notável de desenvolvimento nos Açores. A sua economia tornou-se muito menos dependente da despesa do Governo e da de um ou dois Grupos económicos como era tradição.

O número de activos no sector privado tem vindo a ter um crescimento notável com o emprego feminino a crescer fortemente quando antes era praticamente inexistente, e uma taxa de desemprego marginal. Este é o resultado da democracia económica.
E o Futuro!
O Futuro só pode ser encarado com optimismo.

Os números são indiscutíveis.

O número de activos no sector público estabilizou ou decresceu proporcionando hoje à região serviços de muito melhor qualidade em todos os sectores, da saúde à educação e no sector público administrativo. O número de activos no sector privado tem vindo a ter um crescimento notável com o emprego feminino a crescer fortemente quando antes era praticamente inexistente, e uma taxa de desemprego marginal. Este é o resultado da democracia económica.

E o Futuro!

O Futuro só pode ser encarado com optimismo.

As oportunidades estão aí para que possam ser "agarradas".

Já não temos que partir da estaca zero. Hoje temos a riquíssima experiência da última década que só nos pode trazer confiança.

No futuro, consolidar o que foi feito, é bem mais simples do que já foi feito até aqui. Não podemos descansar no que realizámos. Há que antecipar o que será o futuro na próxima década.

- Apostar na Educação com cada vez mais exigência e avaliação para estudantes e professores. No futuro só activos qualificados estarão em condições de criar riqueza.
- Introduzir alterações radicais no nosso ensino superior. A Universidade dos Açores que nasceu à imagem e semelhança das universidades clássicas portuguesas tem que evoluir para os exemplos que temos no nosso país, as chamadas universidades novas de que são um exemplo de excelência as universidades de Aveiro e do Minho que têm vindo a fazer um percurso ligado à sociedade civil ao mundo empresarial com resultados extraordinários;
- Desenvolver o empreendadorismo com a criação ninhos de empresa e de todo um conjunto de ferramentas já conhecidas e provadas nas comunidades mais dinâmicas e com o fortalecimento das associações empresariais;
- Cativar o investimento externo especialmente em parceria com empresas regionais por forma a trazer experiência e capitais que permitam alavancar a nossa economia.
- Apoiar a Inovação e qualidade dos produtos e serviços prestados pelas nossas empresas;
- Apoiar o desenvolvimento de novos produtos e serviços;
- Continuar o trabalho que tem vindo a ser feito no âmbito da coesão social, pois uma região em desenvolvimento não pode ignorar os mais pobres, os mais fracos, se não perde sentido o estado social de que nos orgulhamos.

Termino desejando que esta revista seja um fórum de debate mesmo polémico e aberto a todos aqueles que pretendem dar o seu contributo para o desenvolvimento da nossa região endereçando ao seu director os meus sinceros parabéns.

JOAQUIM FILIPE MARQUES DOS SANTOS

Licenciatura em Finanças – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1971)

CARGOS QUE DESEMPENHA ACTUALMENTE:

Presidente da Comissão Executiva do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, desde 31 de Março de 2000

Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, desde 1992, **do Banco Comercial dos Açores, SA,** desde Outubro de 2000, **da Banif International Holdings, Ltd.** (Grand Cayman), desde Setembro 2004

desde Março 2000: **Banif – Banco Internacional do Funchal** (Brasil), **SA** (S.Paulo – Brasil), anteriormente Banco Banif Primus, SA

Banif Primus – Banco de Investimento, SA, anteriormente **Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA** (S.Paulo- Brasil)

desde Abril 2005: **Banif Primus Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA** (S.Paulo- Brasil)

Presidente da Comissão Executiva do Banco Comercial dos Açores, SA, desde 17 de Fevereiro de 2000

Presidente do Conselho de Administração, desde Abril de 2000

pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA **na BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE; Banif Crédito, SFAC, SA; Banif Leasing, SA; Banif - Banco Internacional do Funchal** (Cayman), **Ltd.; Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA** (desde 16 de Abril de 2003); **Banif Finance, Ltd.** (desde Agosto 2003); **Banif International Bank, Ltd.** (desde 29/06/2005)

Vice-Presidente do Conselho de Administração, desde 1 Abril de 2002: **Banif, SGPS, SA**
Administrador das seguintes sociedades Banif - Investimentos - SGPS, SA, desde 1992 **Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA,** desde Novembro 1996

desde Abril 2002:
Banif Comercial, SGPS, SA; Vogal da Direcção, em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, desde 28/04/03 **da Associação Portuguesa de Bancos; Presidente da Mesa da Assembleia Geral,** em representação do Banif-Banco Internacional do Funchal, SA, desde 08/06/00; **UNICRE – Cartão Internacional de Crédito, SA SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA; Presidente da Mesa da Assembleia Geral; Banif-Banco de Investimento, SA,** desde 15/12/00; **Companhia de Seguros Açoreana, SA,** desde 16/02/01

Banco Comercial dos Açores: o Nosso Banco, desde 1912

Em Dezembro de 2000 foi editado um livro a que demos o título "88 Anos de Percurso, 1912–2000" que, a partir da dissertação de Mestrado em "História Insular e Atlântica" da Drª Maria de Fátima Senra Estrela, reconstitui justamente, o percurso histórico do Banco Comercial dos Açores, desde a sua fundação até à actualidade.

A concretização deste projecto, aliás, ambição de há muito do Conselho de Administração do Banco, permitiu-nos, a todos, verificar, uma vez mais, a importância que o Banco tem tido no contexto económico, social e mesmo político da história dos Açores dos últimos cem anos.

O Banco nasceu a partir da coragem, tenacidade e visão de um conjunto de empreendedores locais e tornou-se um projecto perene e de sucesso, sobretudo pelo querer e pela acção das pessoas que o viveram e vivem.

Este lastro histórico, que se traduz num forte conjunto de valores como sejam os de uma atitude de serviço, de relação próxima com o cliente, de confiança e de integridade, é provavelmente o primeiro e principal factor diferenciador do Banco Comercial dos Açores que há que respeitar e continuar a potenciar no futuro.

Regressado em 1996 ao sector privado da economia e integrado no Grupo Banif,

> **Felizmente que o esforço de todos os que trabalham no Banco tem tido a correspondência do mercado, o que nos tem permitido crescer de forma constante e segura.**

o Banco Comercial dos Açores mantém a sua personalidade, assumindo a sua vocação de Banco Regional próximo dos açorianos onde quer que se encontrem.

Sendo o sector bancário, um sector que tem revelado em Portugal grande dinamismo e propensão à inovação, pensamos que o Banco Comercial dos Açores tem correspondido aos desafios da modernidade.

Hoje, o Banco Comercial dos Açores, sem abdicar do seu capital histórico de proximidade com os seus clientes, oferece todos os produtos e serviços financeiros normalmente disponibilizados na Banca Nacional e Internacional, o que reflecte uma política que, sem hipotecar a memória do passado, garanta o sucesso no futuro.

Todos os dias procuramos melhorar os nossos produtos, os nossos serviços, o atendimento, a conveniência oferecida aos nossos clientes, a nossa eficiência interna, os nossos níveis de produtividade.

Felizmente que o esforço de todos os que trabalham no Banco tem tido a correspondência do mercado, o que nos tem permitido crescer de forma constante e segura.

Sem pretender ser fastidioso na apresentação de números, indicadores ou rácios, demasiado técnicos, aponto alguns dados que traduzem a evolução do Banco desde a sua reprivatização, em 1996: o crédito sob gestão aumentou quatro vezes; o quadro de colaboradores, no mesmo período, e sem que se tivesse registado qualquer conflito social, diminuiu 25%; o número de pontos de venda passou de 39 em 1996 para 52 em 2004.

Quanto aos resultados, o quadro abaixo sintetiza a sua evolução:

São três os suportes estratégicos de desenvolvimento e crescimento que enquadram a acção e as iniciativas do Banco Comercial dos Açores: (i) orientação absoluta para o cliente. Somos, como referi, um Banco de relação, ou seja, apostamos na fidelização do cliente através da proximidade, qualidade do atendimento e correspondência às necessidades específicas de cada cliente; (ii) universalidade da oferta financeira a empresas e particulares. Cada cliente, particular ou empresa, encontra no BCA a resposta às suas exigências financeiras. Disponibilizamos, através do Banco ou do Grupo Banif, todos os produtos e serviços financeiros – seguros, leasing, factoring, produtos estruturados, fundos, renting, corretagem e outros serviços da Banca de Investimentos; (iii) enriquecimento constante das fórmulas de distribuição. Para além dos canais tradicionais, o Banco oferece aos seus clientes os seus serviços, através dos designados canais remotos: ATM's internas e externas, banca telefónica, banca electrónica.

Com estes suportes, os objectivos que perseguimos são o crescimento orgânico sólido e seguro, a melhoria da eficiência, da produtividade e da rentabilidade, e a manutenção da nossa liderança inequívoca na Região Autónoma dos Açores.

A Professora Fátima Sequeira Dias no prefácio ao livro sobre a história do Banco refere que "antecipação, adaptação e modernização têm sido palavras de ordem do Banco Comercial dos Açores sempre presentes desde a sua fundação até aos nossos dias, independentemente dos homens que têm estado à frente no seu percurso".

Ontem, como hoje, o desafio permanece.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Milhares de euros	(5.095)	2.406	2.761	4.257	5.842	6.765	7.536	6.543	10.245

JOÃO ALBERTO ÁVILA DE LIMA

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade dos Açores com Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas pela mesma Universidade.

Foi director de Serviços do Emprego, na Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional e exerce actualmente o cargo de Director da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores.

Qualificação de Recursos Humanos:

Empreender na Modernização da Economia Regional [PARTE I]

Hoje em dia, já ninguém se atreve a retirar à qualificação dos recursos humanos o papel central e determinante que ocupa no desenvolvimento sustentado das modernas economias globalizadas. De facto, só terá futuro a sociedade que souber apostar condignamente na formação dos seus jovens e no empreendedorismo do seu capital humano.

O que acontece, porém, é que, nesta matéria, e no contexto europeu e internacional, Portugal teima em ocupar a cauda das tabelas. As taxas de escolarização melhoram, mas a ritmos incompatíveis com a celeridade dos desafios e da competitividade dos nossos parceiros europeus.

Ainda há relativamente pouco tempo, na sequência do congresso "*A retoma e as prioridades da mudança*", Ludgero Marques, presidente da AEP (Associação Empresarial de Portugal), referia que, apesar do forte investimento em educação e formação, Portugal continua a piorar neste capítulo em relação aos dados de 1999.

Esta afirmação é facilmente comprovada pela análise do quadro n.º 1, com dados da OCDE, em 2001, sobre a percentagem da população dos países da OCDE (25--64 anos) que atingiu, pelo menos, o nível secundário de educação (12.º ano).

Quadro n.º 1

Percentagem da população, segundo grupos etários, que atingiu pelo menos o nível secundário de educação (12.º ano)

- Países da OCDE 1999 -

Países	Grupos Etários				
	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64
Média Países da OCDE	62	72	66	58	45
União Européia					
Alemanha	81	85	85	81	73
Áustria*	74	83	78	69	59
Bélgica	57	36	1	50	36
Dinamarca	80	87	80	79	70
Espanha	35	55	41	25	13
Finlândia	72	86	82	67	46

(cont.>)

(...cont.)

Países	Grupos Etários				
	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64
França	62	76	65	57	42
Grécia	50	71	58	42	24
Holanda	—	—	—	—	—
Itália	42	55	50	37	21
Irlanda*	51	67	56	41	31
Luxemburgo	56	61	57	52	41
Noruega*	85	94	89	79	68
Portugal	21	30	21	15	11
Reino Unido	62	66	63	60	53
Suécia	77	87	81	74	61
Outros países da Europa					
Hungria	67	80	76	70	36
Islândia	56	64	59	53	40
Polónia*	54	62	59	53	37
República Checa	86	93	89	85	75
Suíça	82	89	84	79	72
Turquia	22	26	23	18	12
Outros países do resto do mundo					
Austrália	57	65	59	55	44
Canadá	79	87	83	78	62
Coreia	66	93	72	47	28
Estados Unidos	87	88	88	88	81
Japão	81	93	92	79	60
México	20	25	22	16	9

** Ano de referência 1998.*
FONTE: ocde-ceri (Education at a Glance, 2001)

Pela análise deste quadro (também apresentada no âmbito do congresso acima referenciado), enquanto que o país mais próximo de nós, a Espanha, melhora cinco pontos, passando de 35% para 40%, Portugal desce de 21% para 20%. Entre os mais novos, o grupo etário 18-24 anos, a situação educativa do país melhorou, entre 1991 e 2001. De facto, os que abandonaram a escolaridade sem o 9.º ano passaram de 54% para 25% e os que saíram da escola sem o ensino secundário passaram de 64% para 45%. Mas estes 45%, no contexto da União Europeia, estão muito acima de qualquer outro país, pois o mais próximo é a Espanha, com 29%, e a média da União Europeia é de 19%.

Por outro lado, o alargamento só vem agravar a posição relativa de Portugal, pois os novos Estados-membros sempre tiveram por tradição investir na escolarização de nível secundário da sua população (ver quadro n.º 2).

Quadro n.º 2
Níveis de escolaridade da população em Portugal e nos últimos países a aderir à União Européia

Países	67 Nível de escolaridade da pop. entre os 25 e os 64 anos (%, 2000)
	Secundário superior
Bulgária	67,1
Eslováquia	83,6
Eslovénia	74,8
Estónia	84,7
Hungria	69,2
Letónia	83,5
Lituânia	84,9
Polónia	79,7
República Checa	86,1
Roménia	69,3
Portugal	21,6

Fonte: Eurostat

Refira-se, também, que o desempenho dos estudantes portugueses não tem melhorado, nomeadamente no nível secundário. Os estudos realizados indicam que mais de 50% dos alunos deste nível de ensino gasta mais do que os três anos previstos para completar este ciclo.

Em suma, o atraso estrutural do país vai-se arrastando e, simultaneamente, vai-se hipotecando o futuro das gerações mais novas, justamente aquelas que deveriam funcionar como renovadoras de um capital activo inculto e tecnicamente mal preparado…

Podemos, então, perguntar-nos: que futuro é o nosso? Que triste sina nos está reservada?

Ao leitor menos atento, este poderá parecer um discurso pessimista e de descrédito no futuro e na tenacidade dos nossos jovens. Nada mais falso! Não é isto que pensamos, e não é para isto que temos dedicado grande parte da nossa vida ao serviço da formação profissional e tecnológica.

Acreditamos nos jovens e na sua capacidade para inovar e resistir. O que muitas vezes lhes falta é orientação e apoio. E, concretamente na Região Autónoma dos Açores, julgamos que o trabalho desenvolvido nos últimos oito anos, essencialmente na formação inicial de jovens, tem sido credível e dará frutos a médio prazo.

De facto, nesta Região, os jovens são a pedra angular da renovação da força de trabalho: para um total de 243.085 habitantes, a população activa do arquipélago dos Açores situa-se nos 103.000. Se atentarmos que mais de 56% desta população activa tem mais de 35 anos e que temos à volta de 83.000 jovens, dos quais 51.000 estão em idade escolar, depressa concluiremos que a nossa riqueza (e sobrevivência) está no investimento

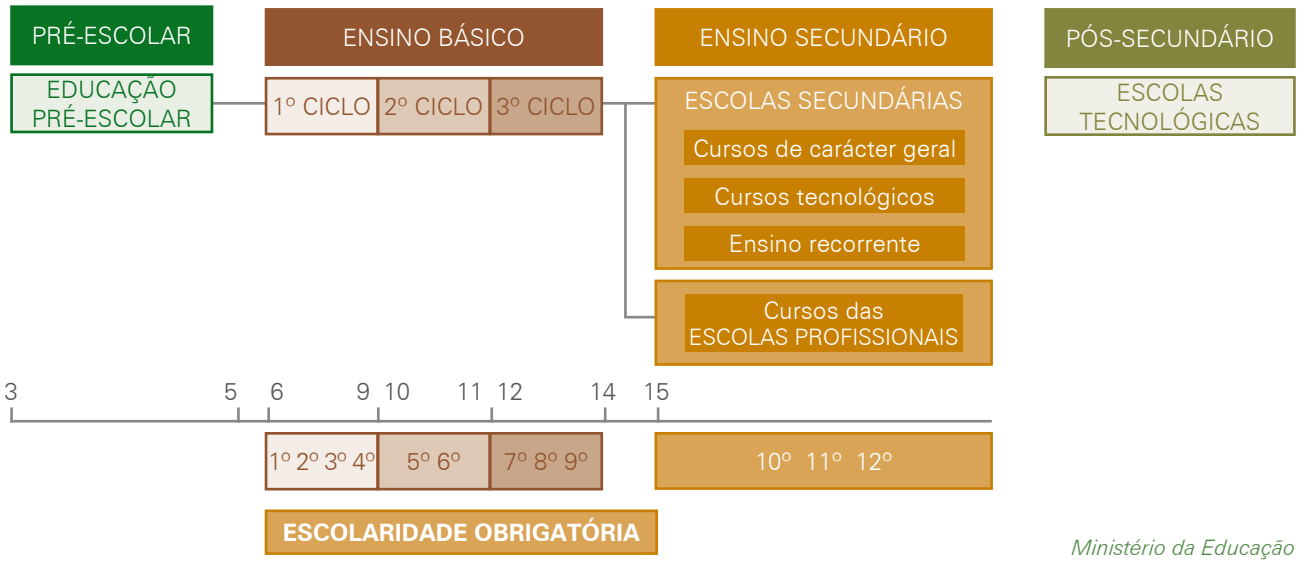
que formos capazes de fazer neste capital humano. No espaço de uma geração, serão eles a substituir mais de metade da população activa actual…

Poderemos, então, questionarmo-nos:

- **Qual será a melhor forma de preparar estes jovens para darem a resposta que a competitividade dos mercados exige?**
- **Será que o sistema educativo/formativo português se encontra organizado de forma a prepará-los para este embate?**

Vejamos a sua configuração (figura n.º 1):

Figura n.º 1
Organização do sistema educativo/formativo português



Ministério da Educação

Uma rápida análise da figura n.º 1 permite detectar de imediato uma grande diversificação da oferta formativa ao nível do ensino secundário, o que parece comprovar que existe uma especial atenção para a relevância que o mesmo assume no contexto da competitividade e modernização da economia portuguesa.

Porém, uma das queixas mais frequentes do meio empresarial é que estas entidades estão demasiado "escolarizadas", vivem debruçadas sobre si próprias e tendem a esquecer o mercado e as suas necessidades. Esta é uma crítica que se estende, com particular vigor, às próprias universidades…

Escolas Tecnológicas: Cursos de Especialização Tecnológica (CET)

Assim, em 1999, e de forma a ultrapassar a famigerada "escolarização", foram criados os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), desenvolvidos no seio das Escolas Tecnológicas, entidades especificamente geradas e financiadas no âmbito do Ministério da Economia (Programa PRIME) para desenvolver um tipo de formação que pudesse responder mais directamente às necessidades das empresas.

Daí que as 11 escolas tecnológicas criadas no país se tivessem constituído a partir da associação de entidades como institutos, universidades e, obrigatoriamente, empresas. Estas escolas funcionam numa relação estreita com o mercado, através de protocolos de cooperação com as mais variadas instituições, de forma a proporcionarem uma formação pós-secundária não superior que promova uma verdadeira qualificação e inserção profissional dos seus formandos.

Os CET conferem um Diploma de Especialização Tecnológica (DET) e uma qualificação profissional de nível IV. Os CET poderão dar acesso a um Certificado de Aptidão Profissional (CAP) emitido no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional (SNCP).

Os CET só podem ser promovidos por instituições acreditadas e reconhecidas por Despacho Conjunto dos Ministros da Educação, da Economia, da Segurança Social e Trabalho, e pelo Ministro que tutela o sector de actividade económica em que a formação se insere.

A titularidade de um DET faculta, após a obtenção de experiência profissional em empresa na respectiva área de formação, a possibilidade de candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior através de concurso especial.

No próximo número falaremos da **ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores**, e da forma como esta instituição se insere na problemática que desenvolvemos neste artigo, isto é, que contributo tem dado para a renovação do tecido empresarial regional.

Sistemas de Incentivos: Últimas alterações

Últimas alterações ao SIDER

O Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional do Açores (SIDER) sofreu em Julho do ano passado a sua primeira alteração, tendo sido incluídas diversas actividades estratégicas para o desenvolvimento económico e social, nomeadamente no que se refere ao sector da animação turística, turismo de saúde, e nas áreas de prestação de serviços à infância e aos idosos, tendo sido também operadas algumas reformas no seu âmbito de aplicação, incluindo medidas de discriminação positiva, visando o reforço da coesão territorial do arquipélago.

O SIDER contempla um conjunto de intervenções com carácter inovador, quer nas actividades que abrange quer nos instrumentos que utiliza, privilegiando as acções integradas nos sectores considerados estratégicos para o desenvolvimento regional. Este sistema é constituído por três subsistemas que se distinguem pelos objectivos, pelas entidades gestoras e ainda pela natureza e dimensão dos projectos: o Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo (SIDET); o Subsistema para o Desenvolvimento Local (SIDEL); e o Subsistema de Prémios (SIDEP).

SIDET

Na última alteração efectuada ao Regulamento do SIDET foi alargado o âmbito de aplicação na área de animação turística, tendo sido também introduzidos ajustamentos ao nível da contribuição da criação e qualificação de recursos humanos para a pontuação do projecto, com o intuito de privilegiar a criação de emprego com elevado nível de qualificação. Foi ainda garantida uma discriminação positiva dos investimentos a realizar nas ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, contribuindo desta forma para uma maior coesão económica da Região. Assim, as candidaturas referentes a projectos instalados naquelas ilhas poderão ser entregues de forma contínua ao longo do ano e não apenas por fases, como acontece nas restantes ilhas; aqueles projectos, uma vez aprovados, serão sempre objecto de apoio, já que não estão sujeitos a um processo de hierarquização como os demais, nem a restrições orçamentais; e ainda, a taxa base utilizada no cálculo do montante de incentivo não reembolsável para estes projectos de investimento está agora 5 p.p. acima da taxa base utilizada para os projectos situados nas restantes ilhas.

Outra alteração significativa foi o aumento do limite máximo do incentivo não reembolsável para €150 000.

O SIDET apoia projectos que concorram para a melhoria e diversificação da oferta turística, no sentido de se imprimir a evolução desejada para o turismo, sector considerado estratégico para o desenvolvimento regional.

SIDEL

Em Maio de 2005, o Regulamento do SIDEL foi modificado, tendo sido introduzidos alguns mecanismos de discriminação positiva de duas naturezas distintas: por um lado, foram inseridas medidas idênticas àquelas operadas no Regulamento do SIDET, no que respeita às ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, e por outro, foi elevada a ponderação atribuída à localização do projecto, que mede a contribuição da localização do investimento para o desenvolvimento do meio rural.

O Regulamento do SIDEL consagra diversos mecanismos de apoio a projectos vocacionados fundamentalmente para a satisfação do mercado local.

SIDEP

No início de 2006 foi efectuada a segunda alteração ao Regulamento do SIDEP, tendo em consideração a modificação já realizada ao SIDER, sendo que naquela altura foram introduzidas novas actividades a apoiar no âmbito do Subsistema de Prémios, cujo carácter estratégico para o desenvolvimento da economia aconselhavam à sua inclusão neste subsistema de incentivos – projectos de deslocalização de unidades industriais ou de comércio por grosso dos centros urbanos para zonas privilegiadas para a sua instalação, parques temáticos, empreendimentos turísticos integrados, residências assistidas e lares para idosos e creches e jardins-de-infância.

As ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, foram alvo de nova diferenciação positiva – haviam-no já sido com a majoração em 50% do prémio atribuído – desta feita, apenas nestas ilhas poderão ser apoiados projectos concernentes a certas tipologias de empreendimentos turísticos (Tipologia A).

A taxa base de apoio para os projectos inseridos na Tipologia A foi também aumentada em 4 p.p., sendo que varia agora entre 14 e 18%. Relativamente à Tipologia B, alguns projectos aqui incluídos usufruem de elevadas taxas de comparticipação, (40% para residências assistidas, lares para idosos, creches e jardins-de-infância e 30% para marinas, portos de recreio, campos de golfe, parques temáticos, empreendimentos turísticos que tenham instalações termais ou que apresentem serviços de bem-estar termal baseados na utilização de águas minerais naturais e indústrias que, pela sua natureza, contribuam de forma significativa para a competitividade da economia regional face ao mercado externo, com o objectivo de expandir a base económica de exportação), que podem ainda ser acrescidas de majorações.

O SIDEP permite apoiar projectos enquadrados em duas tipologias distintas: Tipologia A – projectos aprovados no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME) e do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR); e Tipologia B – projectos de investimento que assumam um carácter estratégico para o desenvolvimento dos Açores, quer tenham ou não sido alvo de enquadramento nos sistemas de incentivos nacionais.

Para mais informações sobre o SIDER consulte o Quadro Legislativo aplicável à RA dos Açores.

Sistemas de Incentivos e Medidas de Apoio ao Investimento
Quadro legislativo aplicável à Região Autónoma dos Açores

Incentivos Regionais – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional (SIDER)

Medida	Objectivos	Legislação
SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional Divide-se em três subsistemas: SIDEL – Subsistema para o Desenvolvimento Local; SIDET – Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo; SIDEP – Subsistema de Prémios	O SIDER tem como objectivos o fortalecimento e modernização da economia regional e a diversificação da oferta de bens e serviços, privilegiando iniciativas com carácter inovador que contribuam para a igualdade de oportunidades, protecção ambiental, ordenamento do território, valorização dos recursos endógenos, fixação das populações, criação de emprego e coesão territorial. Os incentivos concedidos ao abrigo do SIDER não são acumuláveis com quaisquer outros da mesma natureza, exceptuando as condições previstas na legislação aplicável, designadamente ao nível do SIDEP. O SIDER não abrange os projectos de investimento nas actividades elegíveis no âmbito do FEOGA.	Decreto Legislativo Regional n.º 13/2005/A, de 1 de Julho (altera e republica o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2000/A, de 10 de Agosto).
SIDEL – Subsistema para o Desenvolvimento Local	O SIDEL destina-se a apoiar investimentos vocacionados, fundamentalmente, para a satisfação do mercado local, e que prevejam despesas de investimento em capital fixo superiores a € 15.000 e não superiores a € 150.000 nas seguintes áreas de actividade: a) Divisões 10 a 37 (indústria); b) Divisão 45 (construção); c) Divisões 50 a 52 (comércio), à excepção da subclasse 52310; d) Divisão 60 (transportes terrestres, transportes por oleodutos ou gasodutos), subclasses 60220 e 60240; e) Divisão 72 (actividades informáticas e conexas); f) Divisão 73 (investigação e desenvolvimento); g) Divisão 74 (outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas), à excepção da subclasse 74110; h) Divisão 90 (saneamento, higiene pública e actividades similares); i) Divisão 93 (outras actividades de serviços), classe 9301.	Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2005/A, de 24 de Maio. Declaração de Rectificação nº 53/2005.
SIDET – Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo	Apoiar projectos na área do Turismo, que se enquadrem nas seguintes modalidades: Projectos de investimento em capital fixo; Projectos de promoção turística, promovidos por PME; Projectos de animação turística, promovidos por PME; Projectos de investimentos destinados à promoção da segurança e qualidade alimentar dos estabelecimentos de restauração e bebidas existentes há mais de três anos, promovidos por PME.	Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2004/A, de 15 de Julho. Altera e republica o DRR n.º 4/2001/A.
SIDEP – Subsistema de Prémios	O SIDEP destina-se a premiar projectos de investimento que sejam aprovados nalguns sistemas de incentivos do PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, ou a apoiar projectos de investimento que assumam um carácter estratégico para o desenvolvimento regional, envolvendo duas tipologias: **Tipologia A** – projectos aprovados no âmbito do SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial e do SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica; **Tipologia B** – projectos de investimento que assumam um carácter estratégico para o desenvolvimento da Região, quer tenham ou não sido alvo de enquadramento nos sistemas de incentivos nacionais, que se integrem num dos tipos previstos no diploma.	Decreto Regulamentar Regional nº 6/2006/A, de 16 de Janeiro. Altera e republica o DRR n.º 5/2001/A.

SIDER

Âmbito

São susceptíveis de apoio no âmbito do SIDER os projectos de investimento localizados na Região Autónoma dos Açores nas áreas incluídas nas seguintes divisões da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE, rev. 2, 1993):

a) Divisões 10 a 37 (indústria);

b) Divisão 45 (construção);

c) Divisões 50 a 52 (comércio), à excepção da subclasse 52310;

d) Divisão 55 (alojamento e restauração), à excepção da classe 5551;

e) Divisão 60 (transportes terrestres, transportes por oleodutos ou gasodutos), subclasses 60220 e 60240;

f) Divisão 61 (transportes por água), grupo 611 (transportes marítimos);

g) Divisão 62 (transportes aéreos), grupos 621 (transportes aéreos regulares) e 622 (transportes aéreos não regulares);

h) Divisão 63 (actividades anexas e auxiliares dos transportes), grupo 633 (agências de viagens e do turismo);

i) Divisão 71 (aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais domésticos), grupos 711 (aluguer de veículos automóveis) e 714 (aluguer de bens de uso pessoal e doméstico, n. e.);

j) Divisão 72 (actividades informáticas e conexas);

k) Divisão 73 (investigação e desenvolvimento);

l) Divisão 74 (outras actividades de serviços, prestados principalmente às empresas);

m) Divisão 85 (saúde e acção social), subclasses 85313 (acção social para pessoas idosas, com alojamento) e 85321 (acção social para a infância e juventude, sem alojamento);

n) Divisão 90 (saneamento, higiene pública e actividades similares);

o) Divisão 92 (actividades recreativas, culturais e desportivas), classes 9211, 9232, 9233, 9234, 9261, 9262 e 9272;

p) Divisão 93 (outras actividades de serviços), classes 9301 e 9304.

Beneficiários

O SIDER é constituído por subsistemas que se distinguem pelos objectivos, pelas entidades gestoras e ainda pela natureza e dimensão dos projectos:

a) Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo, adiante designado por SIDET;

b) Subsistema para o Desenvolvimento Local, adiante designado por SIDEL;

c) Subsistema de Prémios, adiante designado por SIDEP.

A regulamentação específica de cada subsistema definirá o respectivo universo de beneficiários, que poderá incluir empresas ou associações de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

Incentivo

A natureza dos incentivos reveste a forma de apoio não reembolsável, apoio reembolsável à taxa de juro zero ou bonificação de juros.

Os regulamentos do SIDET, SIDEL e SIDEP fixam as formas de apoio, o montante máximo do incentivo, calculado em função das despesas elegíveis, bem como as taxas de comparticipação aplicáveis.

SIDEL

Âmbito

São susceptíveis de apoio, no âmbito do SIDEL, os projectos de investimento de criação ou desenvolvimento de pequenas e médias empresas que se desenvolvam em áreas incluídas nas seguintes divisões da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE - Rev. 2, 1993):

a) Divisões de 10 a 37 (indústria);
b) Divisão 45 (construção);
c) Divisões de 50 a 52 (comércio), à excepção da subclasse 52310;
d) Divisão 60 (transportes terrestres, transportes por oleodutos ou gasodutos), subclasses 60220 e 60240;
e) Divisão 72 (actividades informáticas e conexas);
f) Divisão 73 (investigação e desenvolvimento);
g) Divisão 74 (outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas), à excepção da subclasse 74110;
h) Divisão 90 (saneamento, higiene pública e actividades similares);
i) Divisão 93 (outras actividades de serviços), classe 9301.

Beneficiários

Podem beneficiar dos incentivos previstos neste diploma empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais, cooperativas e agrupamentos complementares de empresas.

Incentivo

O incentivo a conceder reveste a forma de subsídio não reembolsável, correspondente a 40% das despesas elegíveis nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico, e 45% nas restantes ilhas. Esta taxa poderá ser acrescida das seguintes majorações:

a) 5% no caso de projectos promovidos por "Jovem Empreendedor" *;

b) 5% no caso de projectos que pela sua localização contribuam para o desenvolvimento do meio rural, ou que se situem em parques ou zonas industriais;

c) 5% caso se trate de projectos industriais ou comerciais, desde que produzam ou comercializem exclusivamente produtos regionais, com denominação de origem, ou que apresentem certificado de qualidade.

Apresentação de Candidaturas

As candidaturas das ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico, apenas podem ser apresentadas nos períodos que anualmente forem definidos como fases de candidatura. Os projectos das restantes ilhas podem ser apresentados em qualquer altura, não estando sujeitos àquelas fases. Aos projectos é atribuída uma classificação, sendo considerados elegíveis aqueles que obtiverem uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos. Nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico, os projectos considerados elegíveis serão hierarquizados com base na pontuação final obtida e, em caso de igualdade, em função da antiguidade da candidatura, sendo seleccionados para efeitos da concessão de incentivo até ao limite orçamental definido anualmente. Nas restantes ilhas não se aplica a regra anterior, pelo que todos os projectos que obtiverem pontuação acima dos 50 pontos serão apoiados financeiramente.

* Considera-se "Jovem Empreendedor" as pessoas singulares com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, até à data de apresentação da candidatura que exerçam funções na empresa promotora e detenham, directa ou indirectamente, uma participação igual ou superior a 50% no capital social.

SIDET

Âmbito

São susceptíveis de apoio no âmbito do SIDET os projectos de investimento que se enquadrem, de acordo com a sua natureza, nas seguintes modalidades:

a) Projectos de investimento relativos à instalação, mediante construção de raiz ou aproveitamento de estruturas ou equipamentos preexistentes, remodelação ou ampliação de empreendimentos de alojamento turístico, restauração e bebidas e projectos de investimento em instalações e equipamentos de animação turística, que se desenvolvam nas áreas de actividade incluídas nas divisões 55, à excepção do grupo 555, 63, grupo 633, 71, grupo 711, 92 (classes 9211, 9232, 9233, 9234, 9262 e 9272) e 93 (subclasse 93041) da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE, revisão 2 – 1993);

b) Projectos de promoção turística de empreendimentos que se desenvolvam nas áreas de actividade incluídas nas divisões 55, grupos 551 e 552 (subclasse 55233), 61, grupo 611, 62, grupo 621, 63, grupo 633, e 71, grupo 711, da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE, revisão 2 – 1993), podendo, a título excepcional, por despacho do Secretário Regional da Economia, ser apoiados outros empreendimentos com base na sua notoriedade, especificidade ou dimensão e no seu posicionamento no mercado turístico;

c) Projectos de animação turística que se desenvolvam nas áreas de actividade incluídas nas divisões 55 (à excepção do grupo 555), 61, grupo 611, e 92 (classes 9232, 9233, 9234, 9261, 9262 e 9272) da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE, revisão 2 – 1993), podendo, a título excepcional, por despacho do Secretário Regional da Economia, ser apoiadas outras iniciativas que envolvam projectos que sejam parcialmente desenvolvidos nas áreas de actividades acima enumeradas, atendendo à sua notoriedade e importância no panorama da animação turística da Região;

d) Projectos de investimento destinados à promoção da segurança e qualidade alimentar dos estabelecimentos de restauração e bebidas existentes há mais de três anos, inseridos nos grupos 553 e 554 da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE, revisão 2 – 1993).

Beneficiários

Podem beneficiar dos incentivos previstos neste diploma:

a) No caso dos projectos de investimento a que se refere a alínea a) do Âmbito, empresários em nome individual, sociedades comerciais, cooperativas, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada e agrupamentos complementares de empresas;

b) No caso de programas e acções de promoção turística a que se refere a alínea b) do Âmbito, empresários em nome individual, sociedade comerciais, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas e estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, desde que apenas promovidos por pequenas e médias empresas, ou entidades

juridicamente constituídas exclusivamente por pequenas e médias empresas;

c) No caso de acções de animação turística a que se refere a alínea c) do Âmbito, empresários em nome individual, sociedade comerciais, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, desde que apenas promovidos por pequenas e médias empresas, ou entidades juridicamente constituídas exclusivamente por pequenas e médias empresas, bem como associações de qualquer natureza ou outras entidades análogas.

d) No caso dos projectos a que se refere a alínea d) do Âmbito, empresários em nome individual, sociedades comerciais, cooperativas, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, desde que apenas promovidos por pequenas e médias empresas, ou entidades juridicamente constituídas por pequenas e médias empresas.

Incentivo

O incentivo a conceder aos projectos da alínea a) do Âmbito reveste a forma de subsídio não reembolsável ou parcialmente reembolsável à taxa de juro zero, sendo determinado de acordo com os seguintes intervalos de variação do valor do investimento:

a) Até € 250 000, subsídio não reembolsável, calculado de acordo com o nº 1º do anexo III;

b) Superior a € 250 000, subsídio não reembolsável, até ao montante de € 150 000, e reembolsável, calculado de acordo com o nº 1º e 2º do anexo III.

Os incentivos a conceder aos projectos da alínea b) do Âmbito têm como limite máximo 50% do investimento elegível e revestem a forma de subsídio não reembolsável, sendo fixados e concedidos por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de turismo, sob proposta do departamento do Governo Regional com competência em matéria de turismo.

Os incentivos no caso dos projectos da alínea c) do Âmbito têm como limite máximo 50% do investimento elegível, não podendo exceder o montante de € 250 000, e revestem a forma de subsídio não reembolsável, sendo fixados e concedidos por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de turismo, sob proposta do departamento do Governo Regional com competência em matéria de turismo.

O incentivo a conceder aos projectos da alínea d) do Âmbito reveste a forma de subsídio não reembolsável, sendo a taxa de comparticipação de 50% do investimento elegível.

Apresentação de Candidaturas

As candidaturas das ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico, apenas podem ser apresentadas nos períodos que anualmente forem definidos como fases de candidatura. Os projectos das restantes ilhas podem ser apresentados em qualquer altura, não estando sujeitos àquelas fases. Aos projectos é atribuída uma classificação, sendo considerados elegíveis aqueles que obtiverem uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos. Nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico, os projectos considerados elegíveis serão hierarquizados com base na pontuação final obtida e, em caso de igualdade, em função da antiguidade da candidatura, sendo seleccionados para efeitos da concessão de incentivo até ao limite orçamental definido anualmente. Nas restantes ilhas não se aplica a regra anterior, pelo que todos os projectos que obtiverem pontuação acima dos 50 pontos serão apoiados financeiramente.

SIDEP

Âmbito

São susceptíveis de apoio no âmbito do SIDEP projectos de investimento que se incluam numa das seguintes tipologias:

1) Tipologia A – projectos aprovados no âmbito do SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial e do SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica, relativos às seguintes actividades, classificadas de acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE – Rev. 2, 1993):

a) Divisões 10 a 37 (Indústria);

b) Divisão 45 (Construção);

c) Divisões 50 a 52 (Comércio), à excepção da subclasse 52310;

d) Divisão 55 (Alojamento e restauração), à excepção do grupo 555;

e) Divisão 60 (Transportes terrestres, transportes por oleodutos e gasodutos), subclasses 60220 e 60240;

f) Divisão 63 (Actividades conexas e auxiliares dos transportes), classe 6311 e grupos 633 e 634;

g) Divisão 71 (Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos), grupo 711;

h) Divisão 92 (Actividades recreativas, culturais e desportivas), classes 9211, 9232, 9233, 9234, 9261, 9262 e 9272;

i) Divisão 93 (outras actividades de serviços), subclasses 93041 e 93042;

2) Tipologia B – projectos de investimento que assumam um carácter estratégico para o desenvolvimento da Região, quer tenham ou não sido alvo de enquadramento nos sistemas de incentivos nacionais que se integrem num dos seguintes tipos:

a) Projectos turísticos que visem a requalificação de edifícios cujo valor histórico, cultural ou arquitectónico seja reconhecido pela Direcção Regional da Cultura ou que façam parte de um plano de requalificação de zonas de interesse turístico reconhecido pela Direcção Regional do Turismo e que apresentem um valor mínimo de investimento de €5 milhões;

b) Projectos de deslocalização de unidades industriais ou de comércio por grosso dos centros urbanos para zonas privilegiadas para a sua instalação, nomeadamente zonas e parques industriais, cujo contributo para a requalificação urbana seja reconhecido pela Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, pela Direcção Regional de Ordenamento do Território e pela Direcção Regional de Obras Públicas e Transportes Terrestres e que apresentem um valor mínimo de investimento de €5 milhões;

c) Marinas, portos de recreio, campos de golfe, parques temáticos e empreendimentos turísticos que tenham instalações termais ou que apresentem serviços de bem-estar termal baseados na utilização de águas minerais naturais e que apresentem um valor mínimo de investimento de €5 milhões;

d) Indústrias que, pela sua natureza, contribuam de forma significativa para a competitividade da economia regional face ao mercado externo, com o objectivo de expandir a base económica de exportação e que apresentem um valor mínimo de investimento de €5 milhões;

e) Empreendimentos turísticos integrados, num espaço demarcado e funcionalmente interdependentes, que tenham um carácter inovador, reconhecidos pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de turismo e que apresentem um valor mínimo de investimento de €35 milhões;

f) Residências assistidas e lares para idosos e que apresentem um valor mínimo de investimento de €3 milhões;

g) Creches e jardins-de-infância e que apresentem um valor mínimo de investimento de €500 000;

Beneficiários

Podem beneficiar dos incentivos previstos neste diploma empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais, agrupamentos complementares de empresas, cooperativas e associações de reconhecido interesse público.

Não poderão ser promotores, directa ou indirectamente, as instituições particulares de solidariedade social ou misericórdias.

Incentivo

O prémio a conceder aos projectos da tipologia A reveste a forma de subsídio não reembolsável, com uma taxa de comparticipação entre 14% e 26%.

Os incentivos a conceder aos projectos da tipologia B revestem a forma de subsídio não reembolsável, com uma taxa de comparticipação entre 14% e 26%, para os projectos referidos nas alíneas a) e b) do nº2 do Âmbito; 30% a 38%, para os projectos referidos nas alíneas c) e d) do nº2 do Âmbito; 10% a 18%, para os projectos referidos na alínea e) do nº2 do Âmbito; e 40% a 48%, para os projectos referidos nas alíneas f) e g) do nº2 do Âmbito.

O limite dos incentivos previstos é de € 3,5 milhões por projecto.

Aos projectos desenvolvidos nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, é atribuída uma majoração de 50% ao prémio do SIDEP.

Apresentação de Candidaturas

Para os projectos da tipologia B as candidaturas são apresentadas em contínuo. A estes projectos será atribuída uma classificação em função da respectiva valia económica, calculada de acordo com o definido no anexo III. Os projectos serão considerados elegíveis se obtiverem uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos.

INFORMAÇÕES E CONTACTOS

Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica
Praça Gonçalo Velho Cabral, 3
9500-063 Ponta Delgada
Tel: 296 209 800
Fax: 296 209 848
drace@azores.gov.pt
www.azores.gov.pt

Direcção Regional do Turismo
Rua Ernesto Rebelo, 14 – P
9900-112 Horta
Tel: 292 200 500
Fax: 292 500 201
acoresturismo@mail.telepac.pt
www.azores.gov.pt

Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada
Rua Ernesto do Canto, 13 – 15
9504-531 Ponta Delgada
Tel: 296 305 000
ccipd@ccipd.pt
www.ccipd.pt

Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo
Rua da Palha, 32 – 34
9700-144 Angra do Heroísmo
Tel: 295 204 810
Fax: 295 204 811
sedeccah@comercioacores.com
www.comercioacores.com

Câmara de Comércio e Indústria da Horta
Travessa da Misericórdia, 1 - A
9900-097 Horta
Tel: 292 202 320
Fax: 292 202 328
ccih@ccihorta.pt
www.ccihorta.pt

Esta informação não dispensa a consulta da legislação aplicável.

Sistemas de Incentivos e Medidas de Apoio ao Investimento
Quadro legislativo aplicável à Região Autónoma dos Açores

Incentivos Nacionais – Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME)

O Programa de Incentivos à Modernização da Economia foi sujeito, no início de 2006, a uma reorientação que o alinhou com o principal objectivo do Plano Tecnológico, recentemente apresentado pelo Governo da República, ou seja, dinamizar uma estratégia de crescimento baseada no conhecimento, na tecnologia e na inovação, tornando-o no principal instrumento financeiro de desenvolvimento empresarial daquele Plano.

As alterações preconizadas pelo novo PRIME implicam uma maior disponibilidade financeira, a simplificação dos procedimentos e uma maior concentração de recursos em áreas consideradas prioritárias, como a inovação, a internacionalização e a qualificação dos recursos humanos.

Um dos instrumentos mais importantes criados pelo novo PRIME é a existência de fases de candidatura, que vêm garantir uma melhor atribuição dos recursos, de acordo com as prioridades estabelecidas, bem como uma maior selectividade dos projectos e um melhor controlo dos compromissos assumidos.

No âmbito do novo PRIME destacam-se os seguintes sistemas de incentivos, aplicáveis à RA dos Açores.

Medida	Objectivos	Legislação*
DEMTEC	**DEMTEC – Sistema de Incentivos à Realização de Projectos-Piloto Relativos a Produtos, Processos e Sistemas Tecnologicamente Inovadores.** Apoia a difusão do conhecimento relativo a tecnologias insuficientemente aplicadas a nível nacional, integradas em produtos, processos e/ou sistemas que se revelem inovadores. Tem como objectivos: a) Obter a validação industrial do conhecimento associado a novas tecnologias susceptíveis de serem aplicadas a nível nacional em produtos, processos e/ou sistemas; b) Demonstrar, perante um público especializado e em situação real, as vantagens económicas; c) Divulgar a nova tecnologia.	Portaria n.º 436/2003, de 27 de Maio, alterada pela Portaria n.º 902/2003 de 28 de Agosto.
Escolas Tecnológicas	**Apoiar a Formação Tecnológica** Apoiar a actividade formativa desenvolvida pelas escolas tecnológicas, no âmbito da formação inicial, designadamente formações de nível 3 e cursos de especialização tecnológica de nível 4, devidamente criados e autorizados (conforme o estabelecido na Portaria n.º 1210/2000, de 23 de Dezembro e na Portaria n.º 392/2002, de 12 de Abril, respectivamente).	Portaria n.º 1285/2003, de 17 de Novembro.
Formação Profissional	**Incentivar os Investimentos em Recursos Humanos** Apoia projectos de qualificação de recursos humanos que visem reforçar a produtividade e competitividade das empresas, bem como a sua participação no mercado global e ainda promover novos potenciais de desenvolvimento. Tem como objectivo qualificar os recursos humanos com vista ao aumento da competitividade e produtividade das empresas.	Portaria nº 1285/2003, de 17 de Novembro, alterada pela Portaria nº 1318/2005, de 26 de Dezembro.

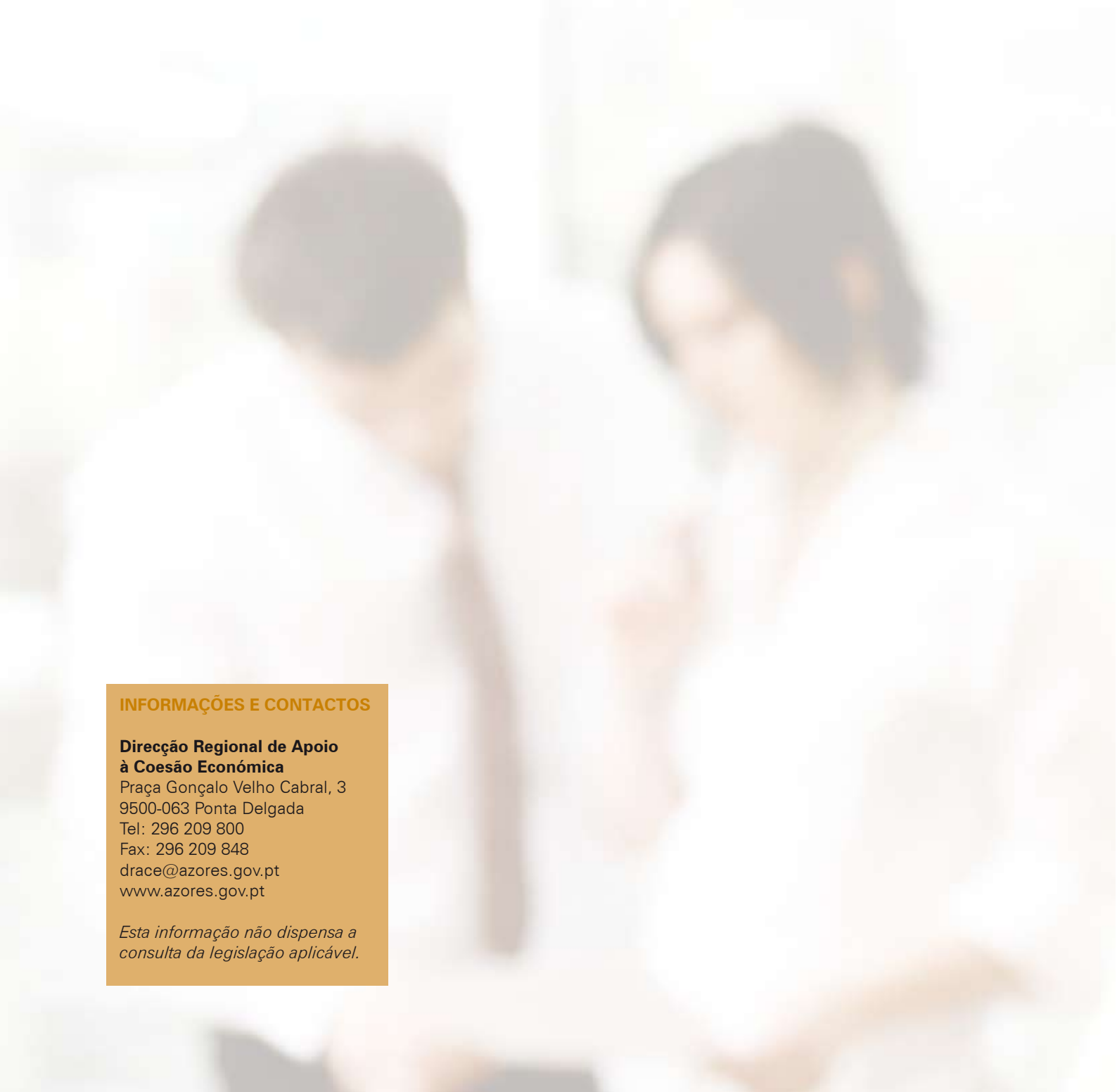
IDEIA	**IDEIA – Apoio à Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado** Apoia projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico, envolvendo empresas e entidades do SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional), associadas mediante um contrato de consórcio, com vista ao desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços. Tem por objectivos: a) Desenvolver novos produtos, processos ou serviços; b) Valorizar os resultados e a transferência de tecnologias das entidades do SCTN para o sector produtivo; c) Integrar actividades de formação associadas ao desenvolvimento tecnológico e acções de consultoria tecnológica determinadas pelo projecto; d) Apoiar a participação de consórcios nacionais em acções concertadas de investigação e desenvolvimento tecnológico internacional, nomeadamente no âmbito de programas comunitários ou internacionais.	Portaria n.º 16/2003, de 9 de Janeiro, alterada pela Portaria n.º 437/2003, de 27 de Maio e pela Portaria n.º 437/2003, de 18 de Setembro.
Infra-estruturas Associativas	**Apoio às Actuais Infra-Estruturas Associativas** Reforço da capacidade das estruturas associativas e das regiões de turismo e juntas de turismo, visando potenciar às empresas sinergias de carácter sectorial, regional ou mesmo nacional. Tem como objectivo potenciar o impacto da intervenção das estruturas associativas na dinamização do processo de modernização e de incremento da capacidade competitiva das empresas nacionais.	Portaria n.º 903/2003, de 28 de Agosto, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 11-L/2003, de 30 de Setembro e pela Portaria n.º 1295/2005, de 19 de Dezembro.
Infra-estruturas TFQ	**Medida de Apoio à Criação de Novas Infra-Estruturas Tecnológicas e às Actuais Infra-Estruturas Tecnológicas, da Formação e da Qualidade** Apoio à criação de novas infra-estruturas tecnológicas e às actuais infra-estruturas tecnológicas, da formação e da qualidade, de modo a modernizar e reorientar os serviços prestados às empresas. Tem como objectivos: a) Criar novas infra-estruturas, no Sistema Tecnológico, com competências em áreas tecnológicas deficientemente cobertas pela actual rede de infra-estruturas; b) Dotar as entidades do Sistema Tecnológico de novas competências, bem como reforçar e/ou reorientar estrategicamente infra-estruturas e incentivar a realização de actividades de transferência de tecnologia para sectores de actividade utilizadores; c) Apoiar a dinamização da actividade de escolas tecnológicas e a criação de condições equilibradas para a sua actividade; d) Apoiar as infra-estruturas do SPQ (Sistema Português da Qualidade), visando fortalecer a rede nacional de laboratórios, bem como estimular a actividade dos organismos de normalização. A Acção D não se aplica à RA dos Açores.	Portaria n.º 964/2001, de 13 de Agosto, Portaria n.º 919/2003, de 3 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 11-N/2003, de 30 de Setembro, alterada pela Portaria n.º 230/2005, de 1 de Março, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 28/2005, de 8 de Março.
Internacionalização	**Apoio à Internacionalização da Economia** Apoia projectos de internacionalização que visem a criação de uma envolvente favorável à actuação das empresas no mercado global, promovendo a imagem de Portugal no exterior, associando o País e a sua oferta à qualidade, à inovação e à diferenciação e possibilitando um melhor conhecimento dos mercados, particularmente através da dinamização de iniciativas colectivas de abordagem e presença nos mesmos.	Portaria n.º 88-B/2006, de 24 de Janeiro.

NEST	**NEST – Novas Empresas de Suporte Tecnológico** Apoia a criação de empresas de base tecnológica (empresas que dependem, de forma critica, de tecnologias avançadas e de desenvolvimento recente), através de um sistema de credenciação (Estatuto de empresa NEST) que facilita a participação de sociedades de capital de risco e o acesso a sistemas de incentivos. Tem como objectivos: a) A concepção, desenvolvimento e produção de novos produtos, serviços, processos ou sistemas produtivos, através da criação, instalação, dinamização, arranque e sustentação de empresas de suporte tecnológico; b) A criação ou desenvolvimento de inter-relações com entidades do sistema científico e tecnológico nacional ou outras que venham a deter um nível tecnológico reconhecidamente avançado em termos nacionais ou internacionais.	Portaria n.º 1518/2002, de 19 de Dezembro.
NITEC	**NITEC – Sistema de Incentivos à Criação de Núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no Sector Empresarial** Apoia projectos de investimento que visem a criação de valor acrescentado tecnológico pelo tecido empresarial nacional, através da criação de núcleos de I&DT (Investigação e Desenvolvimento Tecnológico) nas empresas. Entende-se por núcleo de I&DT uma pequena equipa com características de permanência, constituída no máximo por três pessoas dedicadas unicamente a actividades de endogeneização e desenvolvimento de competências tecnológicas no interior da empresa, assentes em planos de actividades estruturados em projectos, que conduzam a novos produtos, processos e ou sistemas ou à introdução de melhorias significativas nos produtos, processos e ou sistemas existentes, com incorporação tecnológica efectiva. Tem como objectivos: a) Criar competências internas de I&DT nas empresas, bem como estimular a sua apetência para prosseguir essas valências; b) Premiar o esforço empresarial desenvolvido quer ao nível da concepção e execução, quer da endogeneização de conhecimentos; c) Permitir uma afirmação efectiva das empresas nacionais através da disponibilização de produtos tecnologicamente inovadores.	Portaria n.º 441/2003, de 28 de Maio, alterada pela Portaria n.º 911/2003, de 30 de Agosto.
PITER	**PITER – Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional** Os PITER são conjuntos coerentes de projectos de investimento, complementares entre si e implementados num horizonte temporal limitado. Com os mesmos objectivos estratégicos, visam alcançar alterações estruturais na oferta turística local ou regional e impacte económico-social significativo na área territorial em que se inserem. A declaração de um programa como PITER preenche uma condição de elegibilidade do Sistema de Incentivos associado. Tem como objectivos: a) Criar núcleos de elementos funcionalmente interdependentes de oferta turística; b) Aproveitar nichos de mercado turístico; c) Valorizar e reabilitar áreas de forte intensidade turística, incluindo a modernização da oferta existente e a sua integração urbanística.	Portaria n.º 450/2001, de 5 de Maio.

SIME	**SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial** Apoio a projectos de investimento que visem o reforço da produtividade e da competitividade das empresas e a sua participação no mercado global, e que incluam investimentos corpóreos e incorpóreos nas seguintes áreas funcionais de investimento: investimentos essenciais à actividade e investimentos em factores dinâmicos de competitividade (internacionalização; eficiência energética; certificação da qualidade, segurança e gestão ambiental; qualificação de recursos humanos). Tem como objectivos: a) Promover junto das empresas abordagens integradas de investimentos que se insiram na estratégia de desenvolvimento e de reforço da competitividade do sector/cluster de actividades; b) Estimular a intervenção em factores estratégicos não directamente produtivos, designadamente nas áreas da internacionalização, qualidade e ambiente, energia e qualificação de recursos humanos.	Portaria n.º 130-A/2006, de 14 de Fevereiro.
SIME I&DT	**SIME I&DT – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial – I&DT** Apoia projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) que visem o reforço da produtividade, competitividade e inserção das empresas no mercado global, através da realização de actividades de investigação industrial e/ou desenvolvimento pré-concorrencial. Tem como objectivos: a) Criar novos produtos, processos ou sistemas; b) Introduzir melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas existentes.	Portaria n.º 88-C/2006, de 24 de Janeiro.
SIME Internacional	Apoia projectos de prospecção internacional destinados a aumentar o peso internacional do negócio das empresas beneficiárias, privilegiando o contacto directo com a procura e a aposta em bens e serviços transaccionáveis.	Portaria n.º 88-E/2006, de 24 de Janeiro.
SIUPI	**SIUPI – Sistema de Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial** Apoia projectos que visem estimular o investimento em factores dinâmicos de competitividade, associados à inovação tecnológica, ao design e aos sinais distintivos dos produtos e serviços (marcas), com recurso à utilização do Sistema de Propriedade Industrial e ao Sistema de Autorização da Introdução de Medicamentos no Mercado (AIM). Tem como objectivos: a) Estimular a actividade inventiva, a criatividade e a inovação, por parte das empresas, dos empreendedores, dos inventores e designers independentes e das instituições que desenvolvam actividades de investigação utilizando o Sistema da Propriedade Industrial; b) Promover a obtenção de AIM (Autorização de Introdução no Mercado) no estrangeiro de medicamentos criados e desenvolvidos em Portugal.	Portaria n.º 262/2005, de 17 de Março.
SIVETUR	**SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica** Apoia projectos turísticos com elevado potencial de crescimento, efeitos indutores, externalidades, inovação e excelência, que incidam particularmente sobre o aproveitamento e valorização do património classificado, o turismo de natureza e sustentável e a animação turística. Tem como objectivos: a) Valorizar, criar e estimular a oferta de produtos turísticos de excelência; b) Valorizar o património histórico, cultural e natural.	Portaria n.º 59/2005, de 21 de Janeiro.

URBCOM	**URBCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial** Apoia projectos que visem a modernização de actividades empresariais do comércio e de alguns serviços, e a qualificação dos espaços urbanos envolventes e a promoção do respectivo projecto global, quando integrados em áreas limitadas dos centros urbanos com características de elevada densidade comercial, centralidade, multifuncionalidade e desenvolvimento económico, patrimonial e social. Tem como objectivos: a) Modernizar as unidades empresariais integradas em áreas urbanas delimitadas; b) Revitalizar o espaço público envolvente; c)Promover acções de promoção e animação comercial.	Portaria n.º 188/2004, de 26 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 33/2004, de 16 de Abril.

**Legislação que criou ou regulamentou a medida. A restante legislação aplicável poderá ser consultada em www.prime.min-economia.pt*



INFORMAÇÕES E CONTACTOS

Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica
Praça Gonçalo Velho Cabral, 3
9500-063 Ponta Delgada
Tel: 296 209 800
Fax: 296 209 848
drace@azores.gov.pt
www.azores.gov.pt

Esta informação não dispensa a consulta da legislação aplicável.

Notícias

Sociedade Ilhas de Valor, SA

A Sociedade Ilhas de Valor, SA, criada pela Resolução nº177/2005 de 24 de Novembro, realizou a sua primeira Assembleia Geral (AG) a 15 de Fevereiro, em Vila do Porto, ilha de Santa Maria, estando a agenda daquela reunião totalmente preenchida com a eleição dos vários órgãos sociais da Sociedade, que funcionarão até 2008, bem como com a aprovação do Plano de Actividades para 2006.

Criada a 29 de Dezembro de 2005, esta Sociedade pretende planear, promover e desenvolver projectos no âmbito de actividades turísticas, comerciais, e outros serviços nas nove ilhas do arquipélago açoriano. A constituição desta sociedade anónima de capitais públicos, participada pela Região em conjunto com o Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas (FRAE), dotada de meios susceptíveis de promover a construção e exploração de empreendimentos ou a realização de projectos estratégicos em determinadas ilhas, com capacidade para, progressivamente, se abrir à participação da iniciativa privada, permitirá promover a coesão económica, social e territorial dos Açores.

Para o ano de 2006 foram definidos vários projectos que receberão a participação da Sociedade, entre eles a elaboração de um Estudo Estratégico de Desenvolvimento Regional, que definirá um conjunto de medidas conducentes ao reforço da coesão económica, social e territorial. Já em andamento encontram-se os estudos com vista à construção de um campo de golfe na ilha de Santa Maria e de um hotel na ilha Graciosa – com este empreendimento pretende-se ainda valorizar a utilização das Termas do Carapacho.

A Ilhas de Valor, SA tem sede em Vila do Porto e possui um capital social de €2,5 milhões, detido pela Região Autónoma dos Açores (€2 milhões), pelo Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas (FRAE – €450 mil), pela SATA Air Açores, SA (€25 mil) e pela Portos dos Açores, SGPS, SA (€25 mil).

Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Responsabilidade Social

Decorreu nos dias 23 e 24 de Fevereiro, no Auditório da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, o Seminário Internacional subordinado ao tema Sistemas Solidários de Financiamento Alternativo. Este evento, organizado pela Cresaçor e promovido conjuntamente pela Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social e pela Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica, ao abrigo do Projecto INTERREG III B e do Programa FEDER, pretendeu sensibilizar a comunidade açoriana para as necessidades da população abrangida pela Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Empreendedores com Responsabilidade Social, num esforço de desenvolvimento de estratégias para o financiamento alternativo, que contribuam para que a concessão de crédito seja uma realidade para todos.

O primeiro dia do Seminário contou com a presença de Sérgio Ávila, Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, que participou na sessão de abertura, e ainda com as intervenções de Artur Martins, do Conselho de Administração do Instituto de Acção Social (IAS), de Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio à Coesão Económica, de Francisco Madelino, Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e de um representante das Regiões da Macaronésia. O primeiro painel, subordinado ao tema "Os Sistemas de Financiamento Solidário na Europa – Principais Tendências e Características", contou com as intervenções de Viviane Vandemeulebroucke, do Internacional Association of Investors in the Social Economy, de Celine Corvisy, da Fédération des Cigales e ainda de um representante do Núcleo Empresarial da Região de Santarém (NERSANT).

Na tarde do dia 23 o segundo painel teve a participação de Fernando Ribeiro Mendes, Presidente da Direcção da Associação SER – Portugal. Neste painel sobre a "Responsabilidade

Sérgio Ávila no primeiro dia do Seminário

Social das Empresas", foram ainda apresentados exemplos de práticas socialmente responsáveis pelas empresas Nova Gráfica, Grupo Marques e Grupo Auchan.

O segundo dia do congresso foi inteiramente dedicado ao Microcrédito. Assim, na manhã do dia 24, foi feita uma contextualização do Microcrédito, no âmbito do financiamento solidário, com as intervenções de Manuel Brandão Alves, da Associação Nacional de Direito ao Crédito, Joan Comas, da Associación Solidaria Contra l'Atur, de Barcelona e do Presidente do IEFP. O painel seguinte, subordinado ao tema "As experiências da Macaronésia no Âmbito do Projecto GESFUNDO", foi iniciado pela intervenção de Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio à Coesão Económica, onde foram descritas algumas medidas em preparação, no que concerne ao apoio ao Microcrédito nos Açores. Ainda neste painel, foi apresentado o caso da Região Autónoma das Canárias.

O último conjunto de intervenções esteve reservado à apresentação de exemplos do papel das entidades bancárias nos sistemas de Microcrédito, tendo participado Carlos Decq Mota, do Millennium-BCP, Damas Branco, da Caixa Geral de Depósitos e Paula Elsa Moniz, do Banco Português de Gestão.

O encerramento do Seminário esteve a cargo de Andreia Cardoso, Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social.

Seminário Internacional: Sistemas Solidários de Financiamento Alternativo

Workshops para divulgação dos sistemas de incentivos regionais

As alterações recentemente efectuadas ao SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento dos Açores estiveram em destaque num workshop realizado a 17 de Fevereiro em Ponta Delgada, no Hotel Royal Garden.

Este encontro permitiu aos participantes obterem informações sobre as várias medidas de âmbito regional, destinadas ao apoio à promoção do investimento privado, bem como sobre as mais recentes alterações àqueles instrumentos.

A abertura do encontro coube ao Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, que fez um enquadramento dos instrumentos de apoio ao dispor das empresas e dos futuros empresários açorianos, interessados em realizar projectos de investimento. Seguiu-se a intervenção de Isabel Barata, Directora Regional do Turismo, que esclareceu a assistência sobre os aspectos mais relevantes do Plano de Ordenamento Turístico da Região. Da Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica vieram os contributos de Arnaldo Machado, Director Regional, cuja intervenção se centrou nos vários sistemas de incentivos existentes nos Açores e nas últimas alterações ocorridas à legislação, em particular aquelas realizadas ao SIDEP – Subsistema de Prémios; e de Ana Margarida Reis que salientou as alterações ocorridas nos outros dois mecanismos de apoio existentes: o SIDET – Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Turismo e o SIDEL – Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local.

Duarte Ponte na abertura do workshop em Ponta Delgada

Foram ainda realizados workshops semelhantes na Horta, no Hotel do Canal, a 8 de Março, e em Angra do Heroísmo, no Hotel do Caracol, a 22 de Março.

Sessão sobre apoios às ilhas da coesão

No dia 1 de Março foi realizada uma sessão de divulgação de incentivos regionais, no Auditório Municipal de Velas de São Jorge, na qual foi dada particular atenção aos mecanismos inseridos na legislação que permitem uma discriminação positiva das ilhas com maiores condicionalismos ao desenvolvimento, contribuindo assim para uma maior coesão económica entre todas as ilhas do arquipélago.

Mesa da Sessão nas Velas de São Jorge

Após a abertura da sessão, a cargo do Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, que descreveu o contexto actual do apoio ao investimento nos Açores, interveio o Presidente do Município das Velas, António Silveira. Em seguida, Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio à Coesão Económica (DRACE), abordou as recentes alterações introduzidas nos sistemas de incentivos regionais, em benefício das ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, tendo ainda apresentado os apoios inseridos no SIDEP – Subsistema de Prémios.

Posteriormente, Ana Reis, também da DRACE, efectuou uma apresentação dos apoios ao investimento inseridos no SIDEL – Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local e no SIDET – Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Turismo.

Esta sessão contou igualmente com a presença de Fátima Silveira, Presidente do Núcleo Empresarial de São Jorge.

No final do encontro ocorreu um debate acerca dos temas tratados, durante o qual foram colocadas diversas questões.

No final de 2005 haviam já sido efectuadas sessões similares nas ilhas de Santa Maria, Graciosa e Flores.

Workshop: Investir no Desenvolvimento dos Açores

Com o objectivo de divulgar as potencialidades e possibilidades de investimento nos Açores, foram realizados dois workshops, a 27 e 28 de Março, em Lisboa, no Hotel Meridien e no Porto, no Palácio da Bolsa.

No primeiro encontro, realizado em Lisboa, coube a Sérgio Ávila, Vice-Presidente do Governo Regional, apresentar a evolução dos principais indicadores macroeconómicos na Região, dando a conhecer aos participantes o contexto socio-económico açoriano (no Porto esta exposição ficou a cargo de Carlos Corvelo, Secretário Regional Adjunto da Vice-Presidência). Seguiu-se a intervenção do Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, que apresentou o percurso realizado nos Açores no que concerne à política de incentivos e à promoção do investimento.

As duas últimas contribuições deram a conhecer aos presentes dois instrumentos importantes no contexto da promoção do investimento. Assim,

O workshop em Lisboa despertou o interesse de inúmeros participantes

Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio à Coesão Económica, efectuou uma apresentação do SIDEP – Subsistema de Prémios, que permite o apoio a alguns projectos de carácter estratégico para os Açores; e Manuela Lara, da Direcção Regional de Turismo, apresentou o Plano de Ordenamento Turístico dos Açores (no Porto esta intervenção coube a Isabel Barata, Directora Regional do Turismo).

A organização deste evento contou com a colaboração da Associação Industrial Portuguesa, da Associação Comercial de Lisboa, da Associação Comercial do Porto, da Associação Empresarial de Portugal, bem como de diversas instituições financeiras na área do investimento.

O workshop no Porto

Concurso Regional de Empreendedorismo

A Secretaria Regional da Economia promove um Concurso Regional de Empreendedorismo que tem por objectivo estimular a participação dos jovens na actividade económica, através da criação de negócios inovadores, apelando ao seu potencial empreendedor e a uma nova atitude em resposta aos processos de mudança que decorrem a nível global. Pretende-se assim, o aparecimento de uma nova cultura empresarial, mais adequada aos novos factores de sucesso, de que se destacam uma atitude positiva perante o risco e a necessidade de processos constantes de mudança e de inovação.

Este concurso tem como principais objectivos favorecer o aparecimento de uma cultura de risco e vontade empreendedora por parte dos jovens, estimular a renovação do tecido económico regional e promover o lançamento de projectos inovadores.

O Concurso Regional de Empreendedorismo, cujo regulamento foi aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 49/2006, de 20 de Abril, destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, que poderão concorrer a título individual ou em grupo, mediante o envio de um formulário electrónico disponível no sítio www.azores.gov.pt. Conjuntamente com o referido formulário deve, igualmente, ser enviado um ficheiro com um Plano de Negócios que demonstre a qualidade inovadora do projecto a concurso, bem como a sua exequibilidade e adequação a uma necessidade de mercado. O prazo de entrega do formulário e do plano de negócios decorre entre 1 de Junho e 31 de Julho, devendo os mesmos serem enviados, em simultâneo, para a Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica, para o endereço electrónico drace@azores.gov.pt

Está prevista a atribuição de prémios aos primeiro, segundo e terceiro melhores projectos, no valor de, €3.500,00, €3.000,00 e €2.500,00, respectivamente, podendo ainda os mesmos receber um prémio suplementar, no valor de €1.500,00 a integrar no capital social de empresas a criar, caso pretendam realizar os negócios propostos nos seis meses subsequentes à cerimónia de entrega dos prémios. Com aquela cerimónia pública, denominada "Gala do Empreendedor", pretende-se, essencialmente, o reconhecimento público e a possibilidade de atribuir notoriedade aos projectos, e seus promotores, apresentados a concurso e que mereceram a distinção por parte do júri do concurso, servindo assim de exemplo e de estímulo a novas iniciativas empresariais de elevada qualidade.

Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo Jovem

Foi já aprovado em Conselho de Governo a Proposta de Decreto Legislativo Regional que pretende criar um novo sistema de incentivos, destinado a promover o empreendedorismo jovem, inovador e qualificado.

Este sistema de incentivos será dirigido a jovens com idades entre os 18 e os 35 anos e com elevadas qualificações académicas, tendo por objectivos, em termos gerais, incentivar o aparecimento de empresas tituladas por jovens que aportem para o tecido económico regional uma nova cultura empresarial e novos projectos de carácter inovador. Este sistema de incentivos irá também incluir uma vertente dirigida à promoção de estágios em empresas já existentes de jovens qualificados, bem como possibilitar acções de formação profissional de excelência, em empresas de referência no país ou no estrangeiro, a quadros de empresas da Região.

Este diploma será brevemente aprovado na Assembleia Legislativa Regional.

URBCOM – Urbanismo Comercial na Madalena do Pico

No âmbito do Projecto Global de Urbanismo Comercial da Madalena (ilha do Pico), estão abertas as candidaturas para as empresas, de 10 de Abril a 10 de Julho.

As empresas abrangidas pela área de intervenção – centro histórico da vila da Madalena – poderão assim apresentar as suas candidaturas a este sistema de incentivos (URBCOM), que pretende intervir ao nível da modernização física dos estabelecimentos, o reforço de uma oferta comercial qualificada, da introdução ou modernização de equipamentos e sistemas de informação, e ainda do apoio a novas oportunidades de negócios.

Com o intuito de divulgar este projecto junto dos potenciais interessados, realizou-se no dia 4 de Abril, no auditório da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, uma sessão de esclarecimento, cuja abertura esteve a cargo do Director Regional de Apoio à Coesão Económica, Arnaldo Machado, em representação do Secretário Regional da Economia, tendo contado ainda com as participações de Fernando Guerra, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta e Jorge Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal da Madalena.

As regras inerentes ao URBCOM foram apresentadas por Arnaldo Machado, enquanto que o estudo global para o centro histórico da Madalena foi apresentado por Paulo Amaral da Norma-Açores.

O Projecto Global de Urbanismo Comercial da vila da Madalena prevê um investimento público de €1.046.602,50, dividido pelas componentes de investimento empresarial, promovido pelas empresas (€602.640), investimento urbanístico, promovido pela Câmara Municipal (€334.800), estudo global (€15 mil) e investimento promocional (€94.162,40), ambos promovidos pela Câmara de Comércio e Industria da Horta.

Área de Intervenção do URBCOM da vila da Madalena

Estatísticas

As estatísticas seguintes apresentam uma síntese da execução conferida aos sistemas de incentivos, nacionais e regionais, em vigor no III QCA (2000/2006) e com aplicação à Região Autónoma dos Açores.

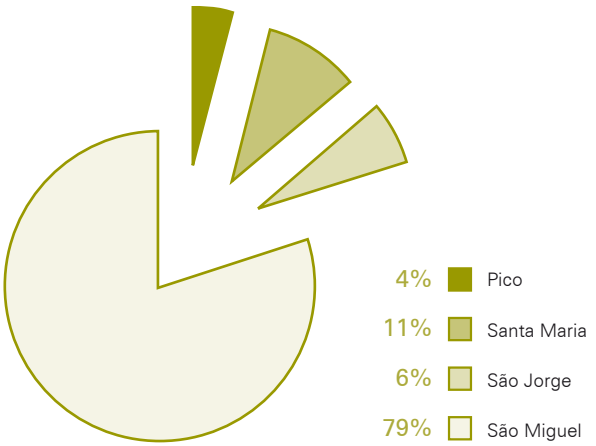
Os valores apresentados traduzem a situação ocorrida em termos acumulados até 31 de Março de 2006, com recurso à utilização dos indicadores investimento total, por ilha e por sector de actividade, e investimento por habitante.

SIVETUR
Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica

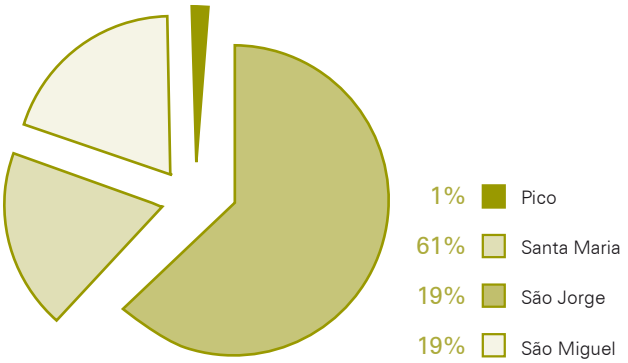
O investimento total relativo às candidaturas entradas apresentadas ao SIVETUR foi de € 65.782.724,46.

Entraram 8 (oito) projectos, todos respeitantes ao sector turismo, correspondendo na sua maioria a investimento em infra-estruturas turísticas, nomeadamente Portos de Recreio, e ainda ao Coliseu Micaelense, Teatro Micaelense, um hotel e um campo de golfe. Por ilha verifica-se uma forte concentração do investimento na ilha de São Miguel (79%). Tendo no entanto em conta o investimento por habitante, essa concentração desloca-se para a ilha de Santa Maria (61%), seguida de São Jorge (19%) e São Miguel (19%).

SIVETUR
Investimento Total por Ilhas

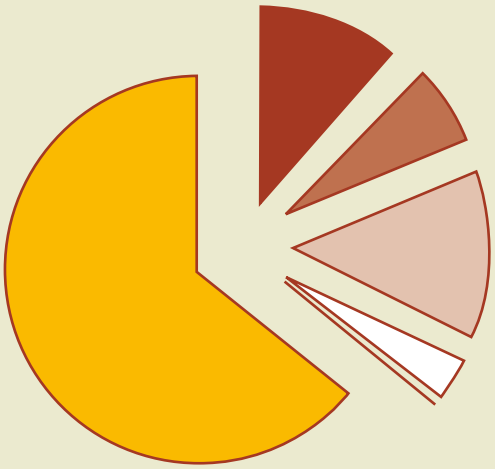


SIVETUR
Investimento Total por Habitante



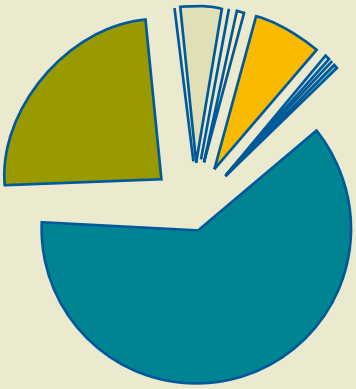
SIME
Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial

SIME - Candidaturas Entradas
Investimento Total por Sector de Actividade



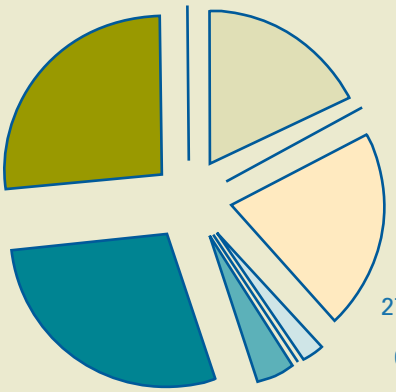
12% Comércio
7% Construção
14% Indústria
3% Serviços
0% Transporte
64% Turismo

SIME - Candidaturas Entradas
Investimento Total por Ilhas



25% Terceira
0% Corvo
4% Faial
0% Flores
2% Graciosa
7% Multi--Concelhos
1% Pico
0% Santa Maria
1% São Jorge
60% São Miguel

SIME - Candidaturas Entradas
Investimento Total por Habitante



27% Terceira
0% Corvo
18% Faial
0% Flores
20% Graciosa
3% Pico
0% Santa Maria
4% São Jorge
28% São Miguel

O investimento total relativo às candidaturas entradas apresentadas ao SIME foi de € 406.520.664,86.

No respeitante a investimento candidatado ao abrigo do SIME, considerando as candidaturas entradas, verifica-se numa análise por sector de actividade, que o investimento se concentrou maioritariamente no sector do Turismo (64%), seguido pelos sectores Indústria (14%) e Comércio (12%). Numa análise por ilhas, verifica-se que a concentração de investimento ocorre em São Miguel (60%), seguida da ilha Terceira (25%). Fazendo-se uma análise tendo em conta o investimento por habitante, verifica-se uma maior homogeneidade na distribuição do investimento, com São Miguel a reduzir significativamente a percentagem de investimento por habitante (28%), a Terceira a aumentar ligeiramente (27%) e a Graciosa (20%) e o Faial (18%) a subirem de forma assinalável.

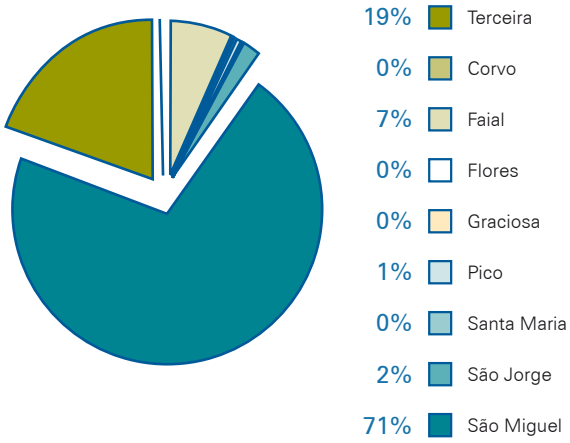
SIDEP
Subsistema de Prémios

O SIDEP, nos termos da legislação em vigor, encontra-se associado a investimentos candidatados no âmbito do SIME ou do SIVETUR, sendo igualmente possível a apresentação de projectos autónomos de tipologia B. O investimento elegível total, associado na sua grande maioria a projectos de investimento candidatados ao SIME, é de € 275.372.252,74.

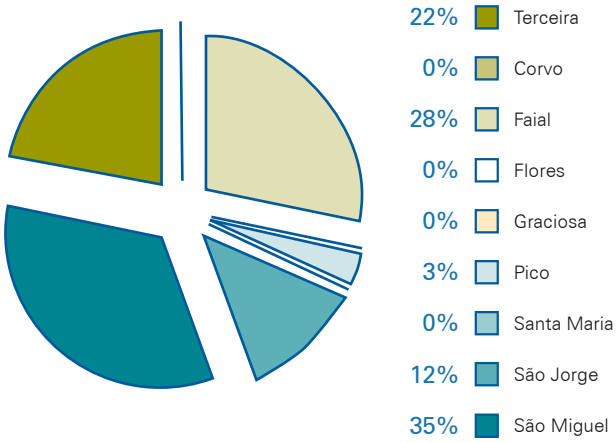
Tratando-se de um sistema de prémios a análise incidirá, não sobre o investimento, uma vez que este se encontra, na sua maioria, associado ao SIME mas ao montante de incentivo atribuído e que totaliza € 43.618.543,83.

Verifica-se, considerando uma análise por ilha, que São Miguel (71%) e Terceira (19%) concentram a maior fatia de incentivo atribuído, o que, como referimos, segue em grande medida o comportamento do investimento relativo ao SIME. Já numa análise considerando o incentivo por habitante assiste-se a uma distribuição mais homogénea, com o incentivo a distribuir-se por São Miguel (35%), Faial (28%), Terceira (22%), São Jorge (12%) e Pico (3%).

SIDEP - Incentivo Aprovado por Ilha



SIDEP - Incentivo Aprovado por Habitante

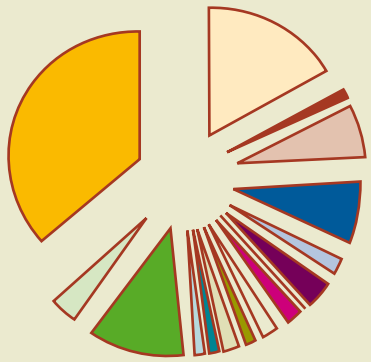


SIDET
Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo

O investimento total relativo a candidaturas aprovadas no âmbito do SIDET foi de € 31.520.010,89 euros.

Tendo em conta o investimento aprovado por tipologia, verifica-se que o TER (37%) concentrou a maior percentagem de investimento, seguido das Actividades Marítimo-Turísticas (17%), Restauração Normal (11%), Apartamentos Turísticos (8%) e Animação Turística (7%). Numa análise do investimento total aprovado por ilha, verifica-se que São Miguel (40%) recebeu a maioria do investimento, seguida do Faial (23%), Terceira (12%) e Pico (15%). Fazendo-se uma análise tendo em conta o investimento por habitante, assiste-se a uma alteração significativa da situação descrita, com o Corvo (36%) a receber, em termos relativos, maior investimento, seguido do Faial (22%), do Pico (15%), São Jorge (11%) e de São Miguel (5%).

SIDET
Investimento Total Aprovado por Tipologia



37% TER
17% Actividade Marítimo-Turística
1% Agência de Viagem
7% Animação Turística
8% Apartamentos Turísticos
2% Hotel 3*
4% Hotel 4*
0% Hotel Apart. 3*
2% Hotel Apartamentos 4*
2% Outro
1% Pensão 1ª Categoria
2% Pensão 2ª Categoria
1% Residenciais
1% Restaurante Luxo
11% Restaurante Normal
4% Restaurante Típico

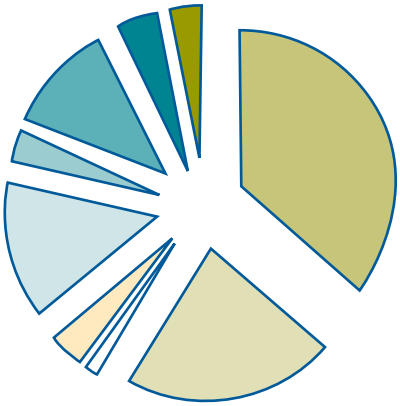
(...CONT.)

SIDET
Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo

SIDET - Investimento Total Aprovado por Ilha

12%	Terceira
1%	Corvo
23%	Faial
0%	Flores
1%	Graciosa
15%	Pico
1%	Santa Maria
7%	São Jorge
40%	São Miguel

SIDET - Incentivo por Habitante



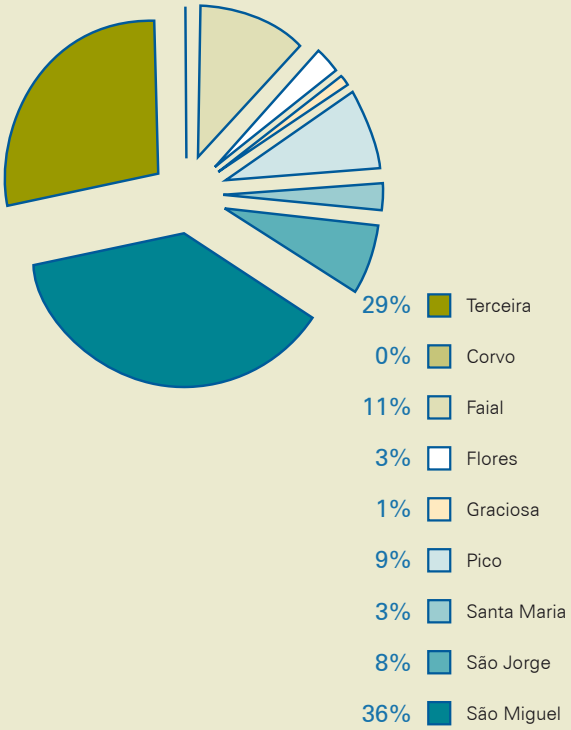
3%	Terceira
36%	Corvo
22%	Faial
1%	Flores
4%	Graciosa
15%	Pico
3%	Santa Maria
11%	São Jorge
5%	São Miguel

SIDEL - Subsistema para o Desenvolvimento Local

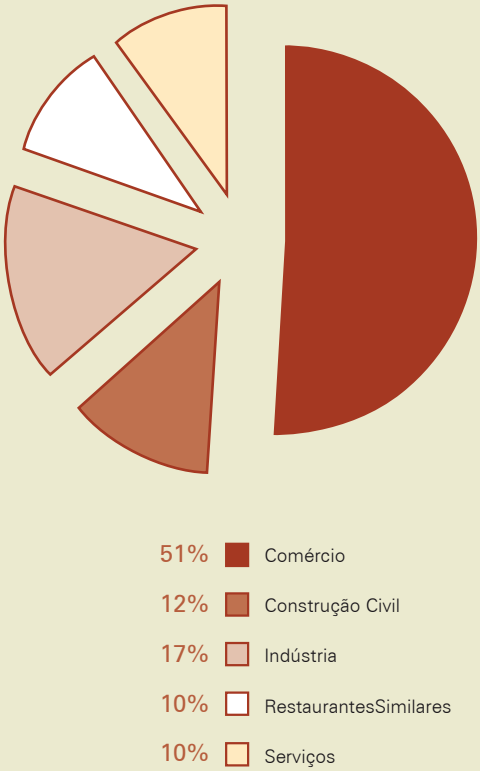
O investimento total relativo a candidaturas aprovadas no âmbito do SIDEL foi de € 48.984.796,72 euros.

Relativamente ao SIDEL, e numa análise por sectores, verifica-se que o Comércio (51%) foi o sector com maior percentagem de investimento, seguido da Indústria (17%), Construção Civil (12%) e Restaurantes/Similares (10%) e Serviços (10%). Numa análise por ilha, a maior fatia de investimento aprovado concentra-se na ilha de São Miguel (36%), seguida da Terceira (29%), Faial (11%), Pico (9%) e São Jorge (8%). Numa análise por habitante verifica-se que o investimento aprovado no âmbito do SIDEL se distribui de forma homogénea, com maior concentração nas ilhas de São Jorge (18%) e Faial (18%).

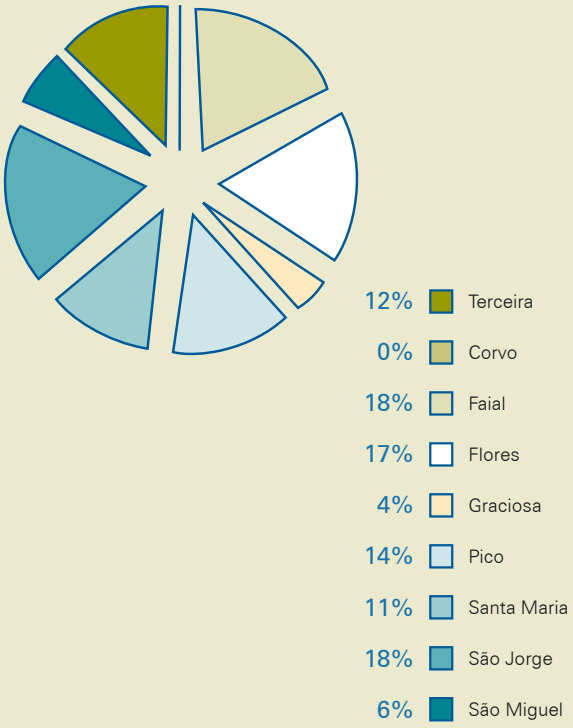
SIDEL
Investimento Total Aprovado



SIDEL
Investimento Total Aprovado por Sectores



SIDEL
Investimento por Habitante

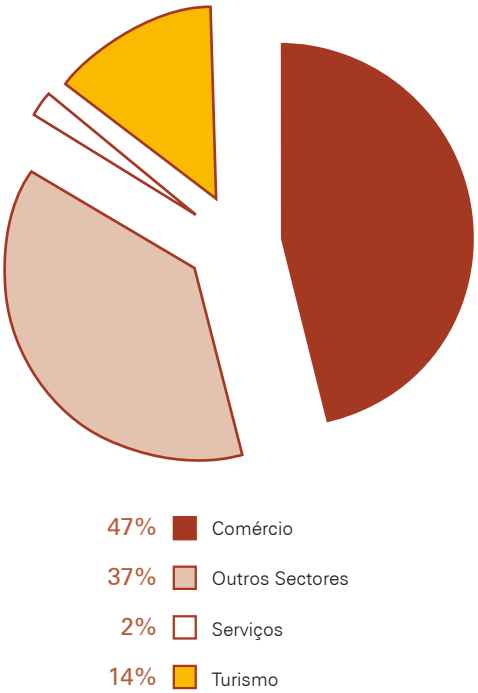


URBCOM

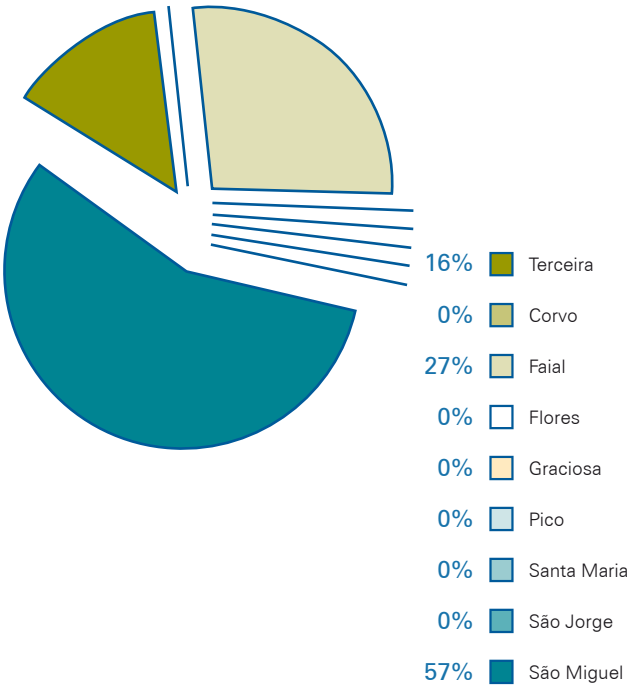
O investimento total relativo a candidaturas entradas no âmbito do URBCOM foi de € 30.967.118,95 euros.

O investimento candidatado ao URBCOM concentrou-se, no respeitante aos sectores económicos, no Comércio (47%), seguido por Outros Serviços (37%) e Turismo (14%). Por ilhas verifica-se que a maior concentração ocorre em São Miguel (57%), seguida do Faial (27%) e Terceira (16%). Numa análise por habitante verifica-se que o Faial (71%) recebe a maior fatia de investimento seguida de São Miguel (17%) e Terceira (11%).

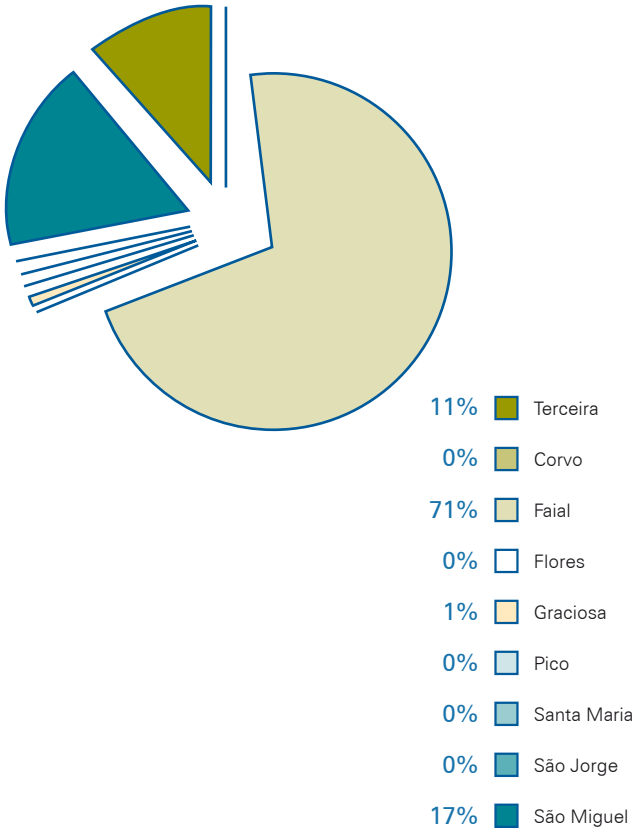
URBCOM - Investimento Total Candidaturas Entradas por Sector



URBCOM - Investimento Total Candidaturas Entradas por Ilha



URBCOM - Investimento Total Candidaturas Entradas por Habitante



drace
direcção regional
de apoio à coesão
económica

€mpreender